

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**ALBERTO SIDNEY BORGES PATRÍCIO**

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE  
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2014**

P314e

Patrício, Alberto Sidney Borges.

Um estudo sobre a implementação do programa de aceleração do crescimento (PAC) no estado da Paraíba. / Alberto Sidney Borges Patrício. – João Pessoa: UFPB, 2014.  
85f.:II

Orientador (a): Prof<sup>o</sup>. Marcos Antonio de Castilho Acco.  
Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) –  
UFPB/CCSA.

1. Gestão Pública. 2. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.  
3. Paraíba. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 35(813.3)(043.2)

ALBERTO SIDNEY BORGES PATRÍCIO

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE  
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Linha de Pesquisa:** Políticas públicas, gestão pública.

**Orientador:** Prof. Marco Antonio de Castilhos  
Acco

JOÃO PESSOA-PB

2014

ALBERTO SIDNEY BORGES PATRÍCIO

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE  
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada à Universidade  
Federal da Paraíba como requisito parcial  
para obtenção do título de Tecnólogo em  
Gestão Pública.

João Pessoa, 05 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Marco Antonio de Castilhos Acco – UFPB

---

Vanderson Gonçalves Carneiro– UFPB1

---

Dr. José Lusmá Felipe dos Santos – SEPAC/PB

Dedico este trabalho,

A meus filhos, esposa, pais, demais familiares, amigos e a cada pessoa que um dia me ofereceu um sorriso, um aperto de mão, confiou em minha capacidade de superar os desafios que a vida nos oferece. Nenhuma conquista teria sentido se não tivesse com quem compartilhá-la.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me oferecer vários desafios no decorrer da vida e, ao mesmo tempo, as condições necessárias para superá-los.

À minha família e amigos, por enxergarem em mim algo que nem sei se possuo. O amor de vocês é o combustível que me faz seguir em frente, sem medo de cair, pois sei que Deus me ampara através de suas mãos, que sempre estiveram estendidas para me apoiar nos momentos de fraqueza.

Ao Prof. Marco Acco, meu orientador, que em sua primeira aula me apresentou “o mundo da vida” e tem sido uma das mais gratificantes pessoas que conheci nos últimos tempos, pela paciência, sabedoria e desejo de transmitir aos alunos o prazer de aprender sempre.

Aos Prof. Magela, que me fez lembrar os bons tempos do curso de contabilidade, Maurício Sardá, uma das pessoas mais inteligentes que conheci, Vanderson, Juliana e todos os demais que no decorrer deste curso me transmitiram não só um pouco de seus conhecimentos, mas, principalmente, me devolveram o prazer de buscar um novo mundo através do aprendizado diário.

Ao Dr. Alexandre Rolim, meu chefe no Serviço de Patologia do HULW, que deu total apoio no momento em que mais precisei. Que Deus retribua generosamente o que o senhor me ofereceu.

À Desterro, Superintendente do CRM-PB, pela confiança em mim depositada desde que nos conhecemos.

Ao colega Gerardo, também do HU, D. Socorro, do CRM-PB e a todos os demais parceiros de trabalho, que muitas vezes seguraram a barra para que eu pudesse seguir em frente em meu objetivo.

À vida e os obstáculos que ela me apresenta no dia a dia, tão necessários quanto o ar, tão belos e desafiadores quanto o mar, tão importantes quanto o ato de amar.

## **RESUMO**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007 com o objetivo de aumentar o investimento público em infraestrutura, incentivar o investimento privado e remover obstáculos ao crescimento. Com o PAC2, os investimentos em infraestrutura passaram a ser distribuídos em seis eixos, em substituição aos três originais: Cidade melhor, Minha casa, minha vida, Água e luz para todos, Comunidade cidadã, Energia e Transportes. Este trabalho busca realizar um estudo da implementação do programa no estado da Paraíba, comparando a implementação dos empreendimentos estaduais com as informações da Região Nordeste e do país. Elaboramos ainda um anexo sobre o PAC Cidades Históricas, que faz parte do eixo Cidade Melhor, devido a sua importância para a recuperação do patrimônio cultural e socioeconômico dos municípios beneficiados, em especial João Pessoa. Para a análise, nos baseamos principalmente nos balanços do PAC e as informações do portal **www.pac.gov.br**, cruzando informações da Paraíba e dos demais estados envolvidos. Os resultados encontrados evidenciam que a execução das obras, em muitos casos, apresentam problemas de planejamento, burocráticos, como licenciamentos e licitatórios, entre outros, além de baixos investimentos para o estado, principalmente no eixo energia.

**Palavras-Chaves:** Gestão Pública; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Paraíba.

## **ABSTRACT**

The Growth Acceleration Program (PAC) was created in 2007 with the goal of increasing public investment in infrastructure, encouraging private investment and removing obstacles to growth. With PAC2, investments in infrastructure have become distributed in six axes, replacing the original three: Better City, My Home, My Life, Water and Light to all, citizen Community, Energy and Transport. This work aims to conduct a study of the implementation of the program in the state of Paraíba, comparing the implementation of state enterprises with the information in the Northeast region and the country. Further elaborated an attachment on the Historic Cities PAC, which is part of the axis Better City, due to its importance for the recovery of cultural and socioeconomic equity municipalities benefited, especially João Pessoa. For the analysis, we relied primarily on the balance sheets of the PAC and information portal [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br) crossing information of Paraíba and the other states involved. Our results show that the execution of the works, in many cases, have problems of planning, bureaucratic, like licensing and bidding, among others, in addition to low investment for the state, especially in the energy axis.

**Key Words:** Public Management; Growth Acceleration Program (GAP); Paraíba.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações geopopulacionais dos estados do Nordeste - 2012 .....	17
Tabela 2 - Informações Sociais.....	18
Tabela 3 - Informações Econômicas Nordeste 2012.....	19
Tabela 4 - Informações educacionais Nordeste 2012 .....	19
Tabela 5 - Informações de Saúde Nordeste 2013.....	21
Tabela 6 - Domicílios por serviços básicos Nordeste 2012 .....	21
Tabela 7- Fontes de recursos do PAC 2 (ações a serem concluídas até 2014 – em R\$ bilhões) .....	32
Tabela 8 - Execução das ações do PAC2 – Dezembro de 2012 e 2013 .....	33
Tabela 9 - Execução do orçamento anual do PAC.....	34
Tabela 10 - Contratos do PAC monitorados pela CAIXA .....	37
Tabela 11 - Distribuição dos projetos do PAC2 por estado da Federação .....	39
Tabela 12 - Distribuição dos projetos do PAC2 por Regiões.....	40
Tabela 13 - Investimentos previstos do PAC2 para os estados do Nordeste (em bilhões) ...	40
Tabela 14 Investimentos do PAC por eixo - Região Nordeste.....	42
Tabela 15 - Investimentos previstos do PAC2 para o estado da Paraíba.....	43
Tabela 16 - Principais gargalos rodoviários da Paraíba .....	44
Tabela 17 - Projetos em transporte para suprir a demanda da Paraíba .....	44
Tabela 18 - Nº de projetos no eixo Transportes .....	44
Tabela 19 - Total de recursos investidos no eixo Transportes por estado - Nordeste .....	45
Tabela 20 - Nº de projetos no eixo Transportes – Distribuição por ação .....	46
Tabela 21 - Empreendimentos prioritários em transmissão de energia elétrica – PB (2014-2021) .....	50
Tabela 22 - Nº de projetos no eixo ENERGIA. ....	50
Tabela 23 - Total de recursos investidos no eixo Energia por estado - Nordeste .....	51
Tabela 24 - Distribuição dos projetos do eixo ENERGIA de acordo com as ações .....	52
Tabela 25 - Nº de projetos no eixo Água e luz para todos.....	54
Tabela 26 - Recursos investidos no eixo Água e Luz Para Todos por estado - Nordeste ....	55
Tabela 27 - Distribuição dos recursos do Eixo Minha Casa, Minha Vida nos Estados do Nordeste .....	57
Tabela 28 - Distribuição dos recursos do Comunidade Cidadã nos Estados do Nordeste ...	58
Tabela 29 - Distribuição dos recursos do Eixo Cidade Melhor nos Estados do Nordeste.....	62
Tabela 30 - Distribuição dos empreendimentos do PAC Cidades Históricas – Nordeste .....	77

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de Gestão do PAC.....	25
Figura 2 - Instrumentos de contratualização no âmbito do PAC.....	26
Figura 3 - Ações no eixo Transportes no Estado da Paraíba .....	46
Figura 4 - Ações no eixo Energia no Estado da Paraíba .....	49
Figura 5 - Ações no eixo Água e Luz Para Todos no Estado da Paraíba .....	54
Figura 7 - Ações PAC Cidades Históricas .....	74
Figura 8 - Rio Sanhauá e Cidade Antiga.....	78
Figura 9 - Mapa de 1626, mostrando as primeiras construções.....	80
Figura 10 - Armazéns no Porto do Capim      Figura 11 - Cais do Porto .....	81
Figura 12 - Antiga alfândega, 2005.....	81
Figura 13 - Ocupação irregular      Figura 14 - Comunidade Vila Nassau .....	81
Figura 15 - Conjunto Franciscano.....	82
Figura 16 - Azulejaria Portuguesa na Igreja São Francisco.....	82
Figura 17 - Imagem representando São José .....	83
Figura 18 - Igreja de N. S. do Carmo.....	83
Figura 19 - Hotel Globo .....	84

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A PARAÍBA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC.....</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC2): ANDAMENTO DAS AÇÕES NO ESTADO DA PARAÍBA .....</b>	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES: .....</b>	<b>65</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>71</b>
<b>7</b>	<b>ANEXO I - PAC CIDADES HISTÓRICAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, no governo do Presidente Lula e consiste em um conjunto de medidas destinadas a aumentar o investimento público em infraestrutura, remover obstáculos ao crescimento (desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo) e incentivar o investimento privado – estímulo ao crédito e ao financiamento e melhora do ambiente de investimento (Ministério das Cidades, Curso II: Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC).

Desde sua criação, o PAC tem sido considerado um dos principais instrumentos de intervenção do Governo Federal voltado para o incentivo ao crescimento econômico do país, bem como para a melhoria das condições sociais do Brasil. Tornou-se o principal foco de investimentos em infraestrutura do governo federal, tendo suas ações declaradas na Lei de Diretrizes Orçamentárias como prioritárias.

Desta forma, suas ações têm precedência na alocação de recursos orçamentários e os valores a serem utilizados são passíveis de exclusão dos cálculos da meta de resultado primário do governo federal e não sofrem contingenciamentos orçamentários. Ao final de cada exercício, os créditos empenhados e não liquidados são inscritos em Restos a Pagar Não Processados para serem executados futuramente. De acordo com o TCU, o montante inscrito em RPNP atingiu 51,4 bilhões em 2013.

O não contingenciamento dos recursos empenhados é de vital importância para garantir a continuidade das obras de infraestrutura do PAC, que têm assim assegurados os investimentos até sua conclusão.

De acordo com o TCU, em dezembro de 2013, o programa alcançou aproximadamente 44 mil ações. O total de recursos destinados às ações do PAC2 até 2014 correspondem a R\$ 708,43 bilhões, distribuídos em diversas fontes como OFSS, estatais (principalmente a Petrobras), financiamentos públicos e privados e investimentos privados.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, apenas em 2013, as desonerações tributárias atingiram R\$ 66,32 bilhões. No período de 2007 a 2013, estima-se que estas desonerações tenham atingido o montante de R\$ 270,6 bilhões, estando as principais relacionadas ao Simples para pequenas e médias empresas, o Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI) para os setores de energia e transportes, Habitação e Ciência e Tecnologia (Relatório e parecer técnico do TCU, exercício 2013, pág.234).

Os subsídios financeiros e creditícios são classificados como renúncias fiscais. Os principais agentes financiadores são o BNDES, Banco do Brasil, Caixa, BNB e BASA, tendo sido desembolsado apenas em 2013 R\$ 22,8 bilhões e contratado operações no montante de R\$ 19,2 bilhões, segundo o TCU.

Na primeira etapa do PAC (2007-2010), os investimentos em infraestrutura foram distribuídos em três eixos, logística, energia e infraestrutura social e urbana.

Na segunda fase, denominado PAC2 e lançado no governo da Presidente Dilma Rousseff para ser executado a partir do período 2011-2014, suas ações estão estruturadas em seis eixos:

- Cidade Melhor;
- Minha Cada, Minha Vida;
- Água e Luz para Todos;
- Comunidade Cidadã;
- Transportes e
- Energia (Ministério das Cidades, Curso II: Projetos no âmbito do

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC).

O PAC é um programa de âmbito nacional, com empreendimentos distribuídos pelas cinco regiões do país. Nos eixos de Transportes, Energia e Água e Luz Para Todos, grande parte dos empreendimentos tem caráter regional, com ações que abrangem mais de um estado ou até mesmo todo o território nacional. É o caso das obras de transposição do rio São Francisco, os projetos de inteligência logística nos portos e de transmissão de energia elétrica. As ações envolvem os três entes da federação, tendo os estados e municípios que oferecer contrapartidas em obras de saneamento, habitação, urbanização e mobilidade urbana. A execução das obras poderá ficar a cargo da União, dos estados ou municípios, conforme o tipo de ação, o porte do município, entre outros fatores.

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma avaliação preliminar da implementação do PAC na Paraíba, dando ênfase, sempre que possível, ao PAC2, através da análise do número de projetos concedidos ao estado, volume de investimentos e andamento das obras, confrontando os dados locais com as informações dos demais estados da região Nordeste para assim termos um parâmetro comparativo.

Em virtude de sua grande importância para o patrimônio histórico e cultural de João Pessoa e do estado, bem como as valiosas melhorias sociais para as comunidades das áreas a serem beneficiadas, destacamos em um capítulo anexo o PAC Cidades Históricas e as ações a serem executadas no município.

É importante ressaltar que os dados coletados não dizem respeito apenas aos projetos do PAC2, pois este é uma continuidade do primeiro, com algumas mudanças estruturais, como a maior ênfase na questão social, a partir da divisão do eixo infraestrutura social em quatro eixos: Comunidade cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Cidade Melhor e Água e Luz Para Todos.

Algumas perguntas que o presente trabalho busca responder são: Qual o volume de recursos investidos em relação aos demais estados do Nordeste? Os empreendimentos do PAC implantados na Paraíba estão caminhando em ritmo adequado? Quais as principais dificuldades encontradas na execução das obras do PAC?

A metodologia a ser utilizada é a abordagem comparativa das informações contidas no 9º balanço do PAC2 das unidades federativas em estudo, bem como os dados do portal [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br). Serão mensurados o número de projetos concedidos para cada estado, bem como os recursos previstos e o andamento das obras. Para avaliar o andamento, será computado o número de projetos por estágio de execução, que de acordo com o site do PAC distribuem-se em: ação preparatória, em licitação de projeto, em licitação de obra, em execução, em contratação, em obras e concluída. Para melhor visualização das informações apresentadas, serão confeccionadas tabelas específicas para cada eixo e tipo de variável avaliada, de modo a alcançar com clareza os objetivos supramencionados.

No capítulo inicial apresentaremos alguns dados do estado da Paraíba e dos demais estados nordestinos para que tenhamos uma breve visão das condições socioeconômicas regional. Em seguida, faremos uma visão geral do PAC, seu

histórico e aspectos gerais. A terceira etapa abordará o andamento dos projetos nos seis eixos envolvendo o estado da Paraíba, comparando seus dados com a região Nordeste e o Brasil. Nesta avaliação, levaremos em conta tanto o número de projetos quanto o volume de recursos destinados aos estados.

Em anexo, destacamos o PAC Cidades Históricas, mostrando, primeiramente, como o subeixo surgiu e as dificuldades encontradas para sua implementação, passando a seguir para uma pequena visão histórica de João Pessoa e culminando com o PAC CH no município.

## **2 A PARAÍBA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE**

Como o foco deste trabalho é o PAC2 no estado da Paraíba e sua comparação com os demais estados do Nordeste, faz-se necessário primeiramente conhecer alguns aspectos socioeconômicos e territoriais da região a fim de situar algumas ações do PAC em seu contexto estadual e regional.

De acordo com o censo IBGE 2010, a Paraíba tem uma população de 3.766.528 habitantes, distribuídos em 223 municípios, sendo 75,4% urbana e 24,6% rural. Sua área é de 56.469 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 66,7 hab/km<sup>2</sup>. É um dos menores estados da federação, correspondendo a 0,7% do território brasileiro e 3,6% da região Nordeste.

O Estado está dividido em quatro mesorregiões e 23 microrregiões. A mesorregião do Sertão é a de maior extensão territorial, estando dividida em sete microrregiões e 86 municípios, sendo Patos o mais importante. A mesorregião da Borborema é constituída por quatro microrregiões e 43 municípios. A mesorregião do Agreste tem em Campina Grande seu município polo e é integrada por sete microrregiões e 66 municípios. Por fim, temos a mesorregião da Mata Paraibana, compreendida pela área litorânea. Nela encontra-se a Capital do estado. Esta mesorregião é formada por 22 municípios situados em quatro microrregiões (Perfil socioeconômico da Paraíba 2010, FIEP / SEBRAE).

Sua capital, João Pessoa, tem uma população de 723.515 (19,21% da população estadual), com uma densidade demográfica de 3.421,28 hab/km<sup>2</sup>. Apenas dez municípios paraibanos tem população acima de 50 mil habitantes. São eles: João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos e Bayeux, com população superior a 100.000 habitantes, e Sousa, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira e Sapé, com população entre 50 e 70 mil habitantes. Estes municípios representam 46,5% da população do estado, caracterizando uma forte concentração populacional. A grande maioria dos municípios (193, ou 86,5%) possui menos de 20 mil habitantes, dos quais 137 (61,4%) possui população inferior a 10 mil habitantes. Neles estão concentrados 37,9% da população do estado.



Tabela 1 - Informações geopopulacionais dos estados do Nordeste - 2012

UF	Área	População	Nº Municípios (A)	Municípios < 50 mil hab. (B)	B/A (%)
NE	1.554.292	55.794.707	1.794	1616	90,1
AL	27.779	3.300.935	102	92	90,2
BA	564.733	15.044.137	417	370	88,7
CE	148.920	8.778.576	184	150	81,5
MA	331.937	6.794.301	217	195	89,8
PB	56.470	3.914.421	223	213	95,5
PE	98.148	9.208.550	185	150	81,1
PI	251.578	3.184.166	224	219	97,8
RN	52.811	3.373.959	167	159	95,2
SE	21.915	2.195.662	75	68	90,7

Fontes: Informações Estaduais BNB e Wikipédia

A Bahia é o maior estado da região, compreendendo 36,3% de seu território, seguido de Maranhão e Piauí, com 21,4% e 16,2%. Em relação à população, a Bahia concentra 27% da população da região, Pernambuco 16,5%, Ceará 15,7%, Maranhão 12,2% e a Paraíba 7,0%. Quanto ao número de municípios, a distribuição é mais equilibrada, não havendo aparentemente uma relação direta com a área territorial do estado. A Bahia representa 23,2% dos municípios, enquanto Piauí, Paraíba e Maranhão, têm, respectivamente, 12,5%, 12,4% e 12,1% dos municípios nordestinos. O estado que possui maior número de municípios com população abaixo de 50 mil habitantes é o Piauí (97,8%), seguido da Paraíba (95,5%) e Rio Grande do Norte (95,2 %).

Estes dados são decisivos para a tomada de decisões em áreas como saneamento, por exemplo, em que a FUNASA é responsável pela execução das obras de saneamento em 113 (50,1%) do total dos municípios do estado, tendo em vista que o órgão é encarregado dos empreendimentos nos municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Tabela 2 - Informações Sociais				
UF	IDH-M 1991 (A)	IDH-M 2010 (B)	% B/A	Esperança de vida
Nordeste	<b>0,405</b>	0,660	62,96	71,1
Alagoas	<b>0,370</b>	0,631	70,54	68,4
Bahia	0,386	0,660	70,98	73,0
Ceará	0,405	0,682	68,40	71,6
Maranhão	0,357	0,639	78,99	69,2
Paraíba	0,382	0,658	72,25	71,2
Pernambuco	0,440	0,673	52,95	69,8
Piauí	0,362	0,646	78,45	70,4
R. G. do Norte	0,428	0,684	59,81	71,8
Sergipe	0,408	0,665	62,99	72,2

Fontes: Informações Estaduais BNB

Os indicadores sociais da Paraíba apontam um grande avanço nas últimas décadas. A mortalidade infantil caiu de 151,3 em 1970 para 18,2, em 2010. Já a expectativa de vida passou de 44,4 anos em 1980 para 71,2 em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de 0,382 em 1991 para 0,658 em 2010.

Segundo o BNB, O Maranhão (79,0%) foi o estado que apresentou maior variação no IDH-M no período, seguido de Piauí, Paraíba e Bahia, com variação nos índices de respectivamente 78,4%, 72,2% e 71,0%. Entretanto, o IDH-M destes estados ainda está abaixo da média regional (0,66).

Quanto a expectativa de vida, a Bahia, com 73 anos, seguido de Sergipe (72,2), Rio Grande do Norte (71,8), Ceará (71,6) e Paraíba (71,2) são os estados que apresentam maiores taxas.

Quanto a avaliação econômica, o Nordeste apresenta uma População Economicamente Ativa (PEA) de 56,51%, enquanto Alagoas possui a taxa mais baixa 50,65% e Piauí (62,09%) e Sergipe (58,64%) as mais elevadas. Piauí (44,6%), Ceará (42,8%), Maranhão (42,1%) e Paraíba (40,9%) são os estados com maior população com rendimentos de até um salário mínimo. Do lado oposto, Rio Grande do Norte (13,0%), Sergipe (11,9%), Pernambuco (11,7%) e Bahia (11,5%) são os

estado com maior percentual da população recebendo acima de dois salários mínimos.

Tabela 3 - Informações Econômicas Nordeste 2012

UF	PEA (%)	Até 01 SM (%)	Até 02 SM (%)	> 02 SM (%)	(%) Sem rendimento
Nordeste	56,51	40,54	17,00	10,77	31,69
Alagoas	50,65	40,06	16,04	8,17	35,73
Bahia	58,42	40,69	16,61	11,55	31,15
Ceará	56,28	42,85	16,84	10,03	30,28
Maranhão	57,66	42,06	14,52	8,43	34,99
Paraíba	55,98	40,92	17,06	11,54	30,48
Pernambuco	53,07	36,70	18,97	11,71	32,62
Piauí	62,09	44,64	17,49	9,89	27,98
R. G. do Norte	55,61	38,21	18,62	13,01	30,16
Sergipe	58,64	39,48	17,39	11,88	31,25

Fontes: Informações Estaduais BNB

Houve uma melhora no nível de emprego. Todavia, predominam os empregos através das ocupações informais, com baixos níveis salariais e precárias condições de trabalho (FIEP/SEBRAE).

Tabela 4 - Informações educacionais Nordeste 2012

UF	Analfabetismo (2012)	Média de anos de estudos	% Matrículas Rede Pública
Nordeste	17,95	5,03	79,5
Alagoas	21,85	4,36	79,9
Bahia	16,51	4,50	79,3
Ceará	16,35	4,68	78,5
Maranhão	22,31	3,75	89,9
Paraíba	18,64	7,04	75,2
Pernambuco	16,80	5,90	74,0
Piauí	19,33	4,84	85,6
R. G. do Norte	17,59	6,86	73,3
Sergipe	16,78	4,86	73,4

Fontes: Informações Estaduais BNB

Quanto à educação, o estado nordestino com maior índice de analfabetismo é o Maranhão (22,3%), seguido de Alagoas (21,8%) e Piauí (19,3%). A Paraíba acompanhou a tendência nacional de redução do analfabetismo, passando de 28% em 2001 para 18,6% em 2012. Em relação aos anos de estudo, a Paraíba é o estado em que a população possui maior tempo médio de escolaridade (7,0 anos), seguido de Rio Grande do Norte (6,7 anos) e Pernambuco (5,9 anos). O Maranhão (3,7 anos) e Alagoas (4,4 anos) são os estados com população com menos anos de estudo, segundo o BNB.

De acordo com o Perfil do FIEP/SEBRAE, em 2008, a Paraíba contava com 13.038 estabelecimentos de educação, em todas as etapas e modalidades de ensino e segundo a dependência administrativa, assim distribuída: federal 23, estadual 2.016, municipal, 9.624 e privada 1.375. A Educação Básica dispunha de 10.994 estabelecimentos, correspondendo, nesta etapa, às seguintes participações, por modalidade de ensino: Educação Infantil 4.663, Educação Fundamental 5.818 e Ensino Médio, com 533. A Educação Especial possuía 58 estabelecimentos; a Educação de Jovens e Adultos, 1.963; e a Educação Profissional, 23 estabelecimentos de ensino. Apesar de não dispor de informações mais detalhadas, é possível constatar um estrangulamento no tocante ao número de estabelecimentos de Ensino Médio, que equivalem a menos de 10% do número de estabelecimentos de educação fundamental.

Quanto aos indicadores de saúde, a Bahia possui 26,6% dos estabelecimentos de saúde da Região Nordeste, seguido do Ceará (17,1%) e Pernambuco (14,3%). Quanto ao número de Postos de Saúde, a Bahia tem 26,5% dos PS da região, Maranhão (16,1%) e Piauí (11,0%). A Paraíba possui a melhor relação leitos por habitantes da região Nordeste, com 2,66/1000 leitos/habitantes.

Em relação ao índice de mortalidade infantil, Maranhão (21,9%), Bahia (21,0) e Piauí (20,7%) são os estados com as piores taxas de mortalidade, enquanto Ceará (16,2%) e Pernambuco (17,0%) apresentam os melhores índices.

Tabela 5 - Informações de Saúde Nordeste 2013

UF	Nº estabelecimentos de saúde (2013)	Nº de postos de saúde (2013)	Leitos / 1000 habitantes (2010)	Mortalidade infantil (%) 2010
Nordeste	54.797	4.417	2,29	19,1
Alagoas	2.805	178	2,01	18,6
Bahia	14.563	1.172	2,15	21,0
Ceará	9.378	481	2,64	16,2
Maranhão	4.513	713	2,32	21,9
Paraíba	5375	312	2,66	18,2
Pernambuco	7.825	362	2,49	17,0
Piauí	3.299	488	2,64	20,7
R. G. do Norte	3.765	432	2,40	17,2
Sergipe	3.274	279	1,87	18,2

Fontes: Informações Estaduais BNB

No tocante ao fornecimento de serviços básicos, o Ceará é o único estado da região com 100% dos domicílios com acesso a rede geral de abastecimento de água. Em seguida, vêm Rio Grande do Norte (87,2%), Sergipe (86,9%) e Paraíba (80,1). Maranhão, Alagoas e Piauí destacam-se negativamente.

Tabela 6 - Domicílios por serviços básicos Nordeste 2012

UF	Rede geral abast. Água	Rede geral esgoto	Coleta de lixo	Energia elétrica
Nordeste	78,13	37,02	76,62	99,14
Alagoas	72,64	29,64	78,83	99,78
Bahia	80,75	49,90	78,62	98,53
Ceará	100,00	37,38	75,80	99,65
Maranhão	64,06	16,40	54,05	99,04
Paraíba	80,85	50,85	82,54	99,83
Pernambuco	80,01	45,82	85,05	99,86
Piauí	78,63	2,88	62,71	95,94
R. G. do Norte	87,17	16,90	87,47	99,80
Sergipe	86,87	32,82	84,73	99,54

Fontes: Informações Estaduais BNB

Quanto ao fornecimento de rede coletora de esgotos, a Paraíba, com 50,8%, Bahia (49,9%) e Pernambuco (45,8%) apresentam os melhores índices dos domicílios assistidos pelo serviço, enquanto Piauí (2,9%), Maranhão 16,4%) e Rio Grande do Norte (16,9%) estão em condições mais precárias.

Em relação ao serviço de coleta de lixo, mais uma vez Maranhão (54,0%) e Piauí (62,7%) destacam-se negativamente, enquanto Rio Grande do Norte (87,5%), Pernambuco (85,0%) e Sergipe (84,7%) apresentam os melhores índices.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, com exceção do Piauí (95,9%) e Bahia (98,5%), os demais estados da região possuem cobertura elétrica acima de 99% dos domicílios.

Ainda de acordo com o relatório do FIEP/SEBRAE, a Paraíba é o único estado brasileiro com o seu território totalmente inserido na área do Polígono das Secas, com 86,2% de seu território incluído na área de abrangência da região do semiárido. Desta forma, o estado teria potencial para investimentos em energia solar e eólica. Entretanto, o estado foi contemplado com apenas dois empreendimentos de termoeletricas, enquanto o Rio Grande do Norte teve 58 projetos de energia eólica através do PAC Energia. Isto se deve principalmente ao fato do estado potiguar já ter um parque eólico consolidado, com capacidade instalada de 1339,2 MW, 46 parques instalados e 88 em construção enquanto a Paraíba possui 13 parques instalados com capacidade de 69 MW, de acordo com matéria da revista Exame de 13/02/2014. É importante ressaltar que a energia eólica já responde por cerca de 10% da energia gerada na Paraíba, conforme o estudo EID-PB.

Quanto à falta de investimentos em energia solar, talvez uma das explicações para sua não utilização seja o alto custo de um projeto desta fonte, conforme constatou o relatório Eixos Integrados do Desenvolvimento da Paraíba (EID-PB). Ainda de acordo com o relatório, enquanto no Brasil a energia hidroelétrica corresponde a aproximadamente 70% da energia gerada, na Paraíba as usinas Termonordeste e Termoparaíba, localizadas em João Pessoa, a Termoeletrica Campina Grande e as termoeletricas de biomassa Giasa II, Japungu e e Tabu representam cerca de 90% da geração de energia no estado enquanto as eólicas cobrem os 10% restantes. Estas termoeletricas são de reserva do Sistema Interligado Nacional (SIN) e são acionadas apenas mediante autorização do

Operador do Sistema Elétrico Nacional. Desta forma, a Paraíba é abastecida pela energia importada das usinas hidroelétricas de Luiz Gonzaga, Paulo Afonso e Xingó.

Não é objetivo deste trabalho avaliar o impacto do PAC sobre os indicadores socioeconômicos do estado, mas apenas a implantação do programa, seu andamento e dificuldades encontradas na execução das obras.

Ademais, a ênfase social do PAC teve início no PAC2 e grande parte dos projetos foram selecionados em 2013, estando a maioria das obras em suas fases iniciais, o que impossibilitaria a análise de impacto, tendo em vista que os empreendimentos sequer foram concluídos e, portanto, não surtiram efeitos práticos.

### **3 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC**

O Brasil passou por quase duas décadas de baixo investimento, o que enfraqueceu a capacidade de planejamento, elaborar projetos e processos licitatórios. Apenas em 1996, com o Brasil em Ação, o governo de Fernando Henrique Cardoso fez um esboço de incentivos em infraestrutura, com o lançamento de 42 projetos escolhidos pelo presidente, governadores e deputados a partir do PPA. (Brasil: Avaliação da eficiência da Gestão do Investimento Público, Banco Mundial, 2009).

Ainda segundo o Banco Mundial, em 2005 o então presidente Lula lançou o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) com o objetivo de selecionar, executar e implementar 97 projetos, sendo 90 do setor de transportes, que ficaram sob a supervisão do Ministério da Fazenda. O PPI serviu como ponto de referência para a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Como podemos observar acima, as iniciativas anteriores são bem modestas em comparação aos mais de 40 mil empreendimentos de infraestrutura implementados através do programa.

Desde sua criação, o Programa de Aceleração do Crescimento tem sido considerado como um dos principais instrumentos de incentivo ao crescimento econômico e a melhoria das condições sociais do Brasil.

As medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos:

- 1) investimento em Infraestrutura;
- 2) estímulo ao Crédito e ao Financiamento;
- 3) melhora do Ambiente de Investimento;
- 4) desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário; e
- 5) medidas Fiscais de Longo Prazo.

O PAC foi instituído através do Decreto 6.025, de 22/01/2007, constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal



(Ministério das Cidades – Curso II: Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento).

O referido decreto criou ainda o Comitê Gestor do PAC (CGPAC) com o objetivo de discriminar as medidas integrantes do programa, acompanhar, supervisionar e coordenar as ações necessárias à sua implementação e execução (art. 4º, caput).

O CGPAC é integrado pelos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão (coordenador), da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República.

O CGPAC é responsável, também, pelo direcionamento global do processo de monitoramento do PAC, pela análise do relatório de monitoramento e tomada de decisões, bem como pelo acionamento, quando necessário, da Presidência da República para a tomada de decisões (Min. Cidades).

Além do CGPAC, foi instituído o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC (Min. Cidades).

Cumprindo ainda ao GEPAC o alinhamento estratégico das Salas de Situação (estabelecimento das pautas comuns e definições gerais do processo de monitoramento), a consolidação do relatório de monitoramento e dos encaminhamentos das questões relevantes e o acionamento do CGPAC para a tomada de decisões. A Figura 1 apresenta o organograma de gestão do PAC.

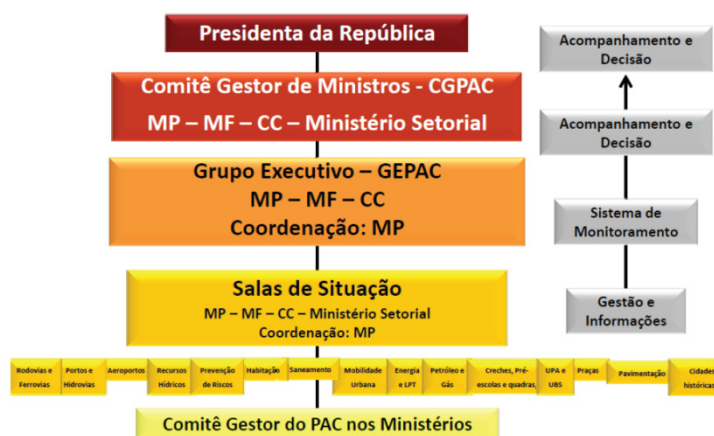


Figura 1 - Estrutura de Gestão do PAC

Fonte: Ministério das Cidades: Curso de Projetos no Âmbito do PAC

De acordo com o Ministério das Cidades, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAAC) tem por principais objetivos:

- Monitoramento dos empreendimentos do PAC, principalmente em relação à execução física das obras, efetuando intervenções e intermediações, para garantir o bom ritmo de sua execução.
- Participação nas discussões junto às várias instâncias de monitoramento do PAC, com o objetivo de aprimorar a gestão do programa.
- Participação na avaliação e seleção de projetos apresentados por proponentes em todas as esferas públicas, visando o atendimento aos requisitos elencados.
- Prestação de contas e promoção da transparência sobre o andamento do PAC.
- Levantamento e consolidação de dados quantitativos e qualitativos.
- Participação na elaboração de regulamentações para a gestão e controle.

As salas de situação são salas de reuniões realizadas, periodicamente, com a participação de representantes dos órgãos setoriais e do PAC onde são abordados temas relacionados à execução dos projetos, seu progresso físico/financeiro, suas restrições, ações mitigadoras e formatação mensal de relatório gerencial, auxiliando na resolução, descentralizada, dos problemas de execução.

Os instrumentos de contratualização no âmbito do PAC são:

Instrumento	Descrição	Quem assina com o MCIDADES
Protocolo de Cooperação Federativa	Instrumento de gestão nos quais os órgãos/entidades se comprometem com o Governo Federal.	Entes Federados (Município, Estados e Distrito Federal)
<b>Termo de Compromisso</b>	Instrumento de repasse de recursos entre a União e os entes federados, no âmbito do PAC	Entes federados e Consórcio Público
Termo de Adesão	Instrumento destinado a formalizar o interesse do ente federado em aderir do SNHIS.	Entes federados
<b>Contrato de Financiamento</b>	Instrumento de empréstimo de recursos entre a União e os entes federados, no âmbito do PAC. Os limites de financiamento serão estabelecidos pelos Agentes financeiros em função da análise de capacidade de pagamento. A contrapartida será estabelecida de acordo com a modalidade operacional pretendida com percentuais mínimos.	Entes federados ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta
Contrato de repasse	Instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros processa-se por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatária da União.	Entidades privadas sem fins lucrativos

Figura 2 - Instrumentos de contratualização no âmbito do PAC  
Fonte: Ministério das Cidades: Curso de Projetos no Âmbito do PAC

Os seguintes instrumentos técnicos são necessários para a assinatura dos instrumentos contratuais relacionados ao PAC (Min. Cidades):

- Estudos de concepção
- Termo de referência
- Plano de trabalho
- Projetos técnicos (básico e executivo)
- Projetos de trabalho social em conformidade com Caderno de Orientação Técnica Social (COTS)

O processo de seleção de propostas e implementação de um projeto envolv e várias etapas (Min. Cidades):

- Edital de convite
- Inscrição de propostas
- Pré-seleção
- Envio de projetos de engenharia e documentação técnica pré-selecionados.
- Entrevistas técnicas
- Seleção final
- Formalização do termo de compromisso, após análise de documentação técnica, institucional e jurídica, e abertura da conta bancária junto à Mandatária.
- A cada ação do PAC corresponde um Termo de compromisso, a ser apresentado pelo proponente beneficiado.
- Autorização para início de obra/serviço
- Autorização de saque dos recursos – desbloqueio
- Acompanhamento da execução
- Prestação de contas parcial e final

Os principais agentes envolvidos nas ações do PAC são (Portaria interministerial 207/2011):

Mandatária: é a instituição financeira oficial encarregada da operacionalização dos Programas e Ações inseridos no PAC, nos termos do respectivo Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as partes.

São atribuições da Mandatária, entre outras:

- Analisar e aprovar a documentação técnica, inclusive o Plano de Trabalho, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- Celebrar os Termos de Compromisso decorrentes das propostas selecionadas;
- Zelar para que os projetos de engenharia observem a boa técnica de engenharia e as normas brasileiras relacionadas nos manuais específicos dos Programas, quando for o caso, sem prejuízo às demais referências técnicas;
- Analisar os projetos de Trabalho Social, quando couber;
- Verificar a realização do procedimento licitatório pelo Compromissário, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;
- Promover a execução orçamentário-financeira relativa aos Termos de Compromisso, de acordo com as diretrizes, critérios, procedimentos e rotinas estabelecidas nas normas vigentes;
- Acompanhar a execução físico-financeira dos objetos compromissados, inclusive os derivados da aplicação das contrapartidas;
- Comprovar a regular aplicação das parcelas liberadas por meio de ateste da execução física das obras/serviços constantes nos Termos de Compromisso;
- Analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos aplicados, assegurando a compatibilidade e aderência das despesas realizadas com o objeto pactuado;
- Notificar o Compromissário, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada pelo TCU, CGU e demais Órgãos de controle a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial – TCE;

Proponente: São os entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos em sua condição anterior à assinatura do Termo de Compromisso.

Compromissário: São os entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos em sua condição posterior à assinatura do Termo de Compromisso.

Concedente: órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros e pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

Executor/fornecedor: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, responsável pela execução de obra ou fornecimento de bem ou serviço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes a matéria, a partir de contrato de execução ou fornecimento firmado com órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos.

Como podemos observar nas atribuições dos diferentes órgãos responsáveis pela implementação, execução e monitoramento do PAC, suas atividades são realizadas através de uma sincronia interministerial, com participações do Ministério do Planejamento, Casa Civil, Ministério da Fazenda, além da participação dos demais ministérios, conforme a ação a ser executada. Além desta sincronia na esfera federal, os estados e grandes municípios criaram órgãos especiais para realizar o acompanhamento dos empreendimentos do Programa regionalmente.

No estado da Paraíba, foi criada a Secretaria Especial do PAC, enquanto o município de João Pessoa tem a Coordenadoria do Programa de Aceleração do Crescimento.

O monitoramento é inicialmente realizado pelos comitês interministeriais e pelas equipes das salas de situações temáticas, que acompanham o cronograma das ações e possíveis riscos ao andamento das obras. Os entraves de média complexidade são remetidos ao GEPAC, e os de maior, para o CGPAC. A instância máxima de deliberação é da presidência da república.

Na primeira fase do PAC (2007-2010) as ações de infraestrutura foram distribuídas em três eixos: logística, energia e infraestrutura social e urbana. Na segunda fase (PAC2), lançada no governo Dilma em 2011, o programa passou a dividir-se em seis eixos:

- Transportes
- Energia
- Água e Luz Para Todos

- Minha Casa, Minha Vida
- Comunidade Cidadã e
- Cidade Melhor

Cada um destes eixos, por sua vez, é subdividido em subeixos ou ações. Por exemplo, o eixo Transportes é subdividido em: Rodovias, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias nos quais serão inseridos os empreendimentos.

Outra característica do PAC é sua ação multissetorial, envolvendo vários ministérios e órgãos. Um mesmo empreendimento do PAC Cidades Históricas pode envolver, por exemplo, o Ministério das Cidades, da Cultura, Turismo e Educação, além de bancos como a CEF e o BNDES.

Dependendo das características do empreendimento a ser implementado, as ações do PAC podem ser executados pelos municípios, estados, FUNASA, IPHAN, União, ou outros órgãos competentes. As ações locais são em geral executadas por municípios; as regionais, pelos estados; as ações de saneamento em municípios com menos de cinquenta mil habitantes, pelas unidades regionais da Funasa e os empreendimentos do PAC cidades Históricas têm a participação do IPHAN, que trabalha em parceria com os municípios selecionados.

A Lei 11.578, de 26/11/2007, dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do PAC. De acordo com o Art. 3ª da referida lei, tais transferências são condicionadas ao cumprimento dos seguintes requisitos pelos entes federados, conforme o constante de termo de compromisso:

Lei 11.578, Art. 3º:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas; e

VII – comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador, quando a ação compreender obra ou serviço de engenharia.

§ 2º - A cada ação incluída ou alterada do PAC corresponderá um Termo de Compromisso, a ser apresentado pelo ente federado beneficiado.

O artigo 3º-A da Lei 11.578 determina:

Os editais de licitação e os contratos necessários para a realização das ações integrantes do PAC, sob a modalidade de execução direta ou descentralizada, poderão exigir a aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais em setores específicos definidos em ato do Poder Executivo federal.

É importante ressaltar a mudança de enfoque no PAC2, que passou a dar uma ênfase maior às ações ligadas às áreas sociais, através dos eixos Comunidade Cidadã, Cidade Melhor Água e luz para todos e Minha casa, minha vida. Com estes eixos, ações em saúde (criação e ampliação de Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento), educação (creches, quadras poliesportivas nas escolas, Centros Integrados de Educação), Cidades Históricas, cidades digitais, praças, urbanização de assentamentos precários, entre outras, passaram a fazer parte da agenda do programa..

A Lei de Diretrizes Orçamentárias considera as ações do PAC como integrantes do núcleo de ações prioritárias, apresentando, portanto, precedência na alocação dos recursos orçamentários do ano. Além disso, os valores a serem utilizados para o atendimento de despesas no âmbito do PAC são passíveis de exclusão do cálculo da meta de resultado primário do governo federal, sendo tais valores também preservados de eventuais contingenciamentos orçamentários (TCU, 2013). Na LDO do exercício de 2013 foi abatido o montante de R\$ 35,1 bilhões da meta do resultado primário do governo federal para despesas com o PAC. Em 2012, o valor foi R\$ 39,3 bilhões.

Quanto à origem dos recursos, as ações do PAC estão distribuídas através dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social – OFSS, recursos de estatais, principalmente a Petrobras e Eletrobras, financiamentos do setor público e privado e recursos privados.

O eixo energia tem os recursos para suas ações oriundos principalmente de estatais (57,8 %) e do setor privado (41,6%). O eixo Minha Casa, Minha Vida tem seus recursos através de financiamentos do setor privado (69%) e do OFSS (26,3%). O eixo Transporte tem seus investimentos baseados no OFSS (55,9%) do setor privado (40,2%). O eixo Cidade Melhor é financiado pelo setor público (59,5%) e OFSS (40,5%). O eixo Comunidade Cidadã é 100% financiado pelo OFSS e o eixo Água e Luz para Todos tem seus recursos baseados no OFSS (51%) e estatais (33,3%).

A tabela a seguir apresenta os valores previstos com as ações do PAC 2 até dezembro de 2014, em cada eixo:

**Tabela 7- Fontes de recursos do PAC 2 (ações a serem concluídas até 2014 – em R\$ bilhões)**

Eixos	OFSS	Estatais	Fin. ao setor público	Setor privado	Fin. ao setor privado	Contrapartida UF e munic.	Total
Energia	1,40	166,16	-	91,21	27,90	-	286,66
Minha Casa Minha Vida	66,66	-	1,14	10,40	176,00	1,47	255,67
Transportes	59,85	3,65	0,90	43,09	-	0,06	107,56
Cidade Melhor	8,42	-	12,52	-	-	0,02	20,96
Água e Luz Para Todos	11,99	7,97	1,97	1,04	-	0,39	23,36
Comunidade Cidadã	14,21	-	-	-	-	-	14,21
<b>Total</b>	<b>162,53</b>	<b>177,79</b>	<b>16,53</b>	<b>145,73</b>	<b>203,90</b>	<b>1,94</b>	<b>708,43</b>

Fonte: Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República (TCU)

O PAC conta também com um conjunto de medidas de desonerações tributárias (Simples para micro e pequenas empresas, setor de tecnologia, PIS, COFINS e Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI para os eixos de energia e transportes), benefícios financeiros, através de renúncias fiscais, utilizados para a viabilização de medidas institucionais e econômicas voltadas para o estímulo ao crescimento econômico do país e creditícios (BNDES, CAIXA, BNB, BB). O BNDES respondeu por 82,5% do montante do financiamento em 2013.

Atualmente, todos os empreendimentos do PAC 2 podem empregar o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que foi criado em 2011 através da Lei 12.462 com o objetivo de acelerar e simplificar o processo licitatório de escolha da empresa vencedora para a realização de obras e serviços do PAC.

No RDC, a definição do vencedor se dá pelo menor preço quando os concorrentes apresentam suas propostas e ofertas por meio de lances públicos. Diferentemente do modelo tradicional de licitação, os concorrentes não têm acesso ao orçamento da obra. Pelo novo regime, os concorrentes só têm um único prazo recursal de cinco dias úteis no fim da fase de habilitação. Além disso, no RDC



integrado as empresas vencedoras ficam responsáveis pelas obras e a elaboração de projetos, além de arcar com eventuais aumentos de custos decorrentes de erros de projeto e atrasos.

A tabela abaixo apresenta o estágio em que as ações do PAC encontravam-se em dezembro de 2012 e 2013. Devemos observar que nem todas as ações referem-se ao PAC2, uma vez que há um grande número de empreendimentos do PAC1 que foram transferidos por não terem sido concluídos.

**Tabela 8 - Execução das ações do PAC2 – Dezembro de 2012 e 2013**

Estágio	2012		2013	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ação preparatória	13.029	43,57	16.902	38,33
Em licitação	1.934	6,47	4.010	9,09
Em contratação	20	0,07	6	0,01
Em execução	1.957	6,54	2.091	4,74
Em obra	10.054	33,62	14.970	33,95
Em operação	31	0,1	35	0,08
Concluída	2.879	9,63	6.084	13,80
TOTAL	29.904	100,00	44.098	100,00

Fonte: Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República (TCU)

Apesar da redução, ainda é bastante elevado o percentual de obras em estágio de ação preparatória e em licitação (47,42%), ou seja, que ainda não iniciaram sua execução. Houve um avanço de mais de 100% sobre as obras concluídas. Entretanto, seu percentual ainda é baixo (13,8%). Outra constatação é que apenas 34,7% do valor empenhado para 2013 foi liquidado (TCU).

O TCU, através de dados fornecidos pelo SIAFI, analisou a execução orçamentária do PAC através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), tendo chegado a conclusão de que apenas no exercício de 2011 o valor executado foi superior a 25% do montante empenhado, ficando o restante como Restos a Pagar Não Processados, demonstrando a baixa execução das ações. A figura abaixo apresenta a evolução no período de 2007 a 2013:

Tabela 9 - Execução do orçamento anual do PAC

Orçamento anual (R\$ bilhões)						
Exercício	Empenho	Liquidação	%	Execução – inscrição RPNP	%	Total
2007	16,0	4,9	30,6	11,1	69,4	100,0
2008	17,0	3,9	23,0	13,1	77,0	100,0
2009	27,1	9,6	35,5	17,5	64,5	100,0
2010	29,7	10,4	35,0	19,3	65,0	100,0
2011	35,4	9,6	27,1	25,8	72,9	100,0
2012	53,9	18,2	33,9	35,7	66,7	100,0
2013	63,1	21,9	34,7	41,2	65,3	100,0

Fonte: Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República (TCU)

Podemos depreender da tabela acima o grande aumento do valor destinado ao PAC no orçamento da União, passando de 16 bilhões em 2007 para 63,1 bilhões em 2013. Fica patente também a baixa liquidação das ações, nunca superando 35% do valor empenhado, elevando o montante inscrito em RPNP, que em 2013 representava 65,3% do valor empenhado (TCU).

Relatório do Banco Mundial (Avaliação da eficiência da gestão do investimento público, 2009), apesar de enfatizar a probabilidade de benefícios sociais e econômicos nos investimentos em infraestrutura, enumera um a série de ações que poderiam melhorar a qualidade de tais empreendimentos. De acordo com o relatório, talvez o principal desafio seja reforçar a habilidade das agências executoras de planejar, elaborar e executar projetos de alta qualidade. Como exemplo, os autores citam a distorção de que há mais engenheiros no TCU que nas agências executoras do governo federal e apontam os seguintes problemas na gestão dos investimentos do PAC:

- Falta de direcionamento estratégico para os investimentos;
- Falta de uma avaliação formal dos projetos, apurando seu custo-benefício, ou revisão ex post independente de tal avaliação;
- Morosidade na execução orçamentária dos projetos relacionadas a problemas na elaboração dos mesmos e agravados pelas ações suspensivas do TCU;
- Os ajustes dos projetos advêm de falhas na elaboração destes;

Diante dos problemas acima mencionados, dão três recomendações:

- Maior refinamento quanto ao papel do PAC, concentrando-se em uma faixa mais estreita de projetos de maior valor (Levando-se em conta que o relatório é de 2009, têm-se a impressão que o governo fez justamente o contrário com o PAC2).
- Introdução de um processo “gateway” a fim de melhorar a qualidade do investimento público.
- Adaptar o papel da Câmara de Monitoramento e Avaliação (CMA) para que esta realize a análise e revisão dos projetos supervisionados pelo PAC, quando da sua conclusão.

Para o Banco Mundial, apesar de a CMA ter sido criada em 2005 para melhorar a eficiência dos investimentos do PPI e desta possuir dois Comitês Técnicos, o de Monitoramento e Avaliação (CTMA) e o de Projetos de Grande Vulto (CTPGV), que tem a responsabilidade de analisar a viabilidade técnica e socioeconômica de projetos acima de R\$ 50 milhões, não houve essa preocupação com a triagem dos projetos do PAC, havendo pressão sobre os ministérios a gastar mais e mais rápido, sem depender de avaliações econômicas nem análises de sua capacidade de implementação.

O Banco Mundial considera ainda que as informações contidas nos relatórios do PAC sejam insuficientes para analisar as dificuldades de implantação e os ajustes necessários para a conclusão do projeto.

De acordo com os relatórios dos exercícios 2012 e 2013 do Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), do Congresso Nacional, as obras do PAC correspondem a 66% em 2012 e 57,3% em 2013 fiscalizadas, tendo sido apontadas irregularidades passíveis de paralização em 11,3% das obras do programa em 2012 e 10,2% em 2013. O eixo Transportes é o que apresenta maior percentual de irregularidades (50% em 2012 e 54% em 2013). As principais irregularidades encontradas foram:

- Processo licitatório (35-39%)
- Sobrepreço / superfaturamento (29-46%)
- Projeto básico ou executivo (24-49%)
- Fiscalização da obra (18-23%)

Entretanto, o relatório do COI faz a ressalva de que a proporção de obras do PAC com indícios de irregularidades graves é muito baixa em relação ao total de empreendimentos do Programa. Outro fato é que das 22 obras com recomendação de paralização pelo TCU em 2012, apenas cinco pernamentaram neste critério.

A CAIXA atua em várias ações, principalmente junto ao Ministério das Cidades com o Programa Minha Casa Minha Vida, obras de saneamento, urbanização de assentamentos precários, prevenção de áreas de risco e PAC cidades históricas.

A instituição acompanha todas as ações necessárias ao cumprimento dos contratos de repasse, verificando a sua regularidade conforme exigências normativas, legais e técnicas e tem por atribuição:

- Receber os Planos de Trabalho e Projetos Básicos e enquadrá-los às normas do concessor;
- Analisar documentação técnica, institucional e jurídica dos Estados, Municípios e Entidades tomadoras;
- Celebrar contratos de repasse;
- Promover a execução orçamentário-financeira relativa aos contratos;
- Acompanhar e atestar a execução física dos objetivos contratuais;
- Receber, analisar e aprovar prestações de contas referentes aos repasses, verificando a regularidade de todas as ações necessárias ao cumprimento contratual.

A instituição apontou as seguintes dificuldades na execução dos projetos do PAC:

- Projetos incompletos, necessitando de revisões e atualizações
- Escassez de contrapartidas por parte dos estados e municípios
- Trabalho técnico social
- Necessidade de reajustes contratuais
- Carências técnicas e operacionais

A tabela abaixo apresenta a evolução da execução de obras do PAC monitoradas pela CAIXA:

Tabela 10 - Contratos do PAC monitorados pela CAIXA

PAC	Ano de seleção	Qtde contratos	Tempo médio em dias entre a contratação e o início das obras	Tempo médio em dias entre o início da obra e o 1º desembolso
1	Até 2007	1967	446	184
1	2008	1227	484	172
1	2009	489	397	153
1	2010	170	320	122
2	2010	104	95	73
2	2011	175	229	70
2	2012	2340	178	67

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento – CAIXA

Para que ocorresse esta redução no prazo de liberação de início das obras e de desembolso dos recursos, a instituição tomou algumas medidas a fim de agilizar as operações, minimizando seu impacto na execução das obras. Talvez a principal delas tenha sido a adoção do Modelo de Aferição por Parcelas, implementado no PAC2 através da portaria 164/2013 com objetivo de estabelecer o pagamento imediato de Boletins de Medição antes da aferição pela CAIXA.

Neste modelo, as aferições são realizadas quando os limites de percentuais ou o prazo pactuado no cronograma de execução forem atingidos, o que acontecer primeiro. Além disso, quando a aferição da 1ª parcela NÃO apontar glosas superiores a 5%, ficará dispensada a aferição da 2ª parcela (os recursos são liberados em quatro parcelas).

Neste capítulo, descrevemos o PAC, sua origem, características e principais dificuldades encontradas para a adequada execução de seus empreendimentos. A seguir, faremos uma análise do programa no estado da Paraíba, apresentando número de projetos, montante de investimentos, andamento das obras, sempre em comparação com os dados dos demais estados nordestinos.

#### **4 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC2): ANDAMENTO DAS AÇÕES NO ESTADO DA PARAÍBA**

O Estado da Paraíba, para gerir os empreendimentos do PAC, criou a Secretaria Especial do PAC. O órgão tem como atribuição principal gerir o Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do estado da Paraíba, servindo de ponte entre os interesses regionais e o governo federal, buscando a aprovação e liberação dos projetos sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, CAGEPA, IPHAN e demais executores das ações do programa na Paraíba junto à SEPAC, ministérios, TCU, etc. São atribuições da SEPAC-PB ainda:

II – Desenvolver, analisar e recomendar os projetos elaborados dentro das diretrizes e dos padrões do Programa, no âmbito nacional;

III – Assessorar e prestar apoio técnico aos projetos do Estado que podem vir a pleitear recursos do PAC, divulgando os conceitos e metodologias adotadas;

IV – Dar suporte técnico na elaboração de editais e de contratos, especialmente quanto aos aspectos financeiros e na aquisição de bens e serviços;

No município de João Pessoa, foi criada a Coordenadoria do Programa de Aceleração do Crescimento e tem como função acompanhar a concepção e execução de projetos que utilizem recursos oriundos do Programa. Pelo que foi constatado através de entrevistas, este órgão tem uma ação mais efetiva sobre os empreendimentos municipais que a SEPAC-PB. Seus principais projetos ainda, de acordo com o Coordenador Rui César V. Leitão, estão ligado à mobilidade urbana, PAC Cidades Históricas e o projeto de revitalização do bairro São José.

Passaremos agora à análise das obras do PAC no estado da Paraíba. Para a obtenção dos dados contidos neste capítulo, utilizamos as informações do 9º Balanço do PAC2 e outras retiradas diretamente do portal [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br).

A TABELA 11 apresenta a distribuição dos projetos do PAC2 nos estados e regiões brasileiras. A Paraíba, com 1810, é o sexto estado do Nordeste em número de projetos aprovados, representa 3,65% do número de projetos nacionais e 15,91% da região. A Bahia é o estado nordestino com maior número de projetos (4655), ficando atrás apenas de Minas Gerais no total geral do Brasil.

Tabela 11 - Distribuição dos projetos do PAC2 por estado da Federação

UF	Água e luz para todos	Transportes	Energia	Comunidade Cidadã	Minha Casa, Minha vida	Cidade Melhor	Total
DF	12	14	7	212	10	34	289
GO	73	39	44	1427	114	377	2074
MT	162	39	41	730	68	219	1259
MS	128	27	21	480	80	172	908
<b>C.Oeste*</b>	<b>375</b>	<b>119</b>	<b>113</b>	<b>2849</b>	<b>272</b>	<b>802</b>	<b>4530</b>
AC	70	17	8	173	39	67	374
AM	39	20	13	100	13	45	230
AP	52	55	30	658	48	163	1006
PA	220	59	37	2133	107	229	2785
RO	62	31	23	324	39	97	576
RR	60	11	12	104	15	38	240
TO	61	25	14	384	60	157	701
<b>Norte*</b>	<b>564</b>	<b>218</b>	<b>137</b>	<b>3876</b>	<b>321</b>	<b>796</b>	<b>5912</b>
AL	79	19	24	757	52	208	1139
BA	217	57	90	3283	231	777	4655
CE	316	36	63	1919	203	596	3133
MA	212	28	26	2132	133	319	2850
<b>PB</b>	<b>199</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>984</b>	<b>151</b>	<b>440</b>	<b>1810</b>
PE	193	48	42	1907	201	497	2888
PI	270	21	24	1405	82	370	2172
RN	123	31	109	692	67	259	1281
SE	67	19	12	410	45	139	692
<b>Nordeste*</b>	<b>1676</b>	<b>280</b>	<b>405</b>	<b>13489</b>	<b>1165</b>	<b>3605</b>	<b>20620</b>
PR	209	45	33	1620	191	673	2771
RS	184	54	102	1515	193	830	2878
SC	53	52	32	982	180	389	1688
<b>Sul*</b>	<b>446</b>	<b>151</b>	<b>167</b>	<b>4117</b>	<b>564</b>	<b>1892</b>	<b>7337</b>
ES	57	39	21	305	55	176	653
MG	210	62	43	3110	262	1087	4774
RJ	73	45	75	914	174	307	1588
SP	196	70	92	2552	396	854	4160
<b>Sudeste*</b>	<b>536</b>	<b>216</b>	<b>231</b>	<b>6881</b>	<b>887</b>	<b>2424</b>	<b>11175</b>
<b>Brasil*</b>	<b>3597</b>	<b>984</b>	<b>1053</b>	<b>31212</b>	<b>3209</b>	<b>9519</b>	<b>49574</b>

Fonte: <http://www.pac.gov.br/estados>

\* Nos eixos Energia, Transportes e Água e Luz Para Todos os valores totais das regiões e do país podem apresentar-se inflados devido aos projetos regionais, que envolvem mais de um estado, sendo desta forma computados mais de uma vez.

Numa comparação das regiões (Tabela 12), a região Nordeste apresentou o maior número de projetos (41,59%), enquanto o Centro-Oeste obteve apenas 9,14%.

Tabela 12 - Distribuição dos projetos do PAC2 por Regiões

Região	Água e luz para todos	Transportes	Energia	Comunidade Cidadã	Minha Casa, Minha Vida	Cidade Melhor	TOTAL
C. Oeste	10,43%	12,09%	10,73%	9,13%	8,48%	8,43%	9,14%
Norte	15,68%	22,15%	13,01%	12,42%	10,00%	8,36%	11,93%
Nordeste	46,59%	28,46%	38,46%	43,22%	36,30%	37,87%	41,59%
Sul	12,40%	15,35%	15,86%	13,19%	17,58%	19,88%	14,80%
Sudeste	14,90%	21,95%	21,94%	22,05%	27,64%	25,46%	22,54%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/estados>

A TABELA 13 mostra os investimentos previstos do PAC2 para os estados da região Nordeste. A primeira observação a ser feita é que 48,7% do valor previsto corresponde a investimentos pós 2014. Quanto ao estado da Paraíba, verificamos que é o estado que apresenta menor investimento total da região, com de 16,51 bilhões, ou 3,5% dos recursos previstos para o Nordeste. Além da Paraíba, apenas Alagoas e Piauí possuem previsão de investimentos abaixo de 20 bilhões de reais. Ao analisarmos os investimentos até 2014, a Paraíba, com investimentos de R\$ 12,45 milhões, sobe três posições, ficando à frente de Alagoas, Piauí e Sergipe.

Tabela 13 - Investimentos previstos do PAC2 para os estados do Nordeste (em bilhões)

TOTAL			2011 a 2014			Pós 2014		
UF	R\$ (bilhões)	UF/NE	R\$ (bilhões)	% Total	% UF/NE	R\$ (bilhões)	% Total	% UF/NE
AL	19,88	4,2%	9,96	50,1%	4,1%	9,92	49,9%	4,3%
BA	100,66	21,5%	50,17	49,8%	20,9%	50,49	50,2%	22,1%
CE	65,33	13,9%	30,60	46,8%	12,7%	34,73	53,2%	15,2%
MA	65,25	13,9%	18,25	28,0%	7,6%	47,00	72,0%	20,6%
PE	93,68	20,0%	72,70	77,6%	30,2%	20,98	22,4%	9,2%
<b>PB</b>	<b>16,51</b>	<b>3,5%</b>	<b>12,45</b>	<b>75,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,06</b>	<b>24,6%</b>	<b>1,8%</b>
PI	17,32	3,7%	11,20	64,7%	4,7%	6,12	35,3%	2,7%
RN	45,42	9,7%	25,28	55,7%	10,5%	20,14	44,3%	8,8%
SE	44,50	9,5%	9,82	22,1%	4,1%	34,68	77,9%	15,2%
NE	468,55		240,43	51,3%		228,12	48,7%	

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

A TABELA 14 apresenta os investimentos do PAC por eixo. Os dois eixos mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico, Energia e Transportes, respondem respectivamente por 56,9% e 11,4%, ou 68,3% dos investimentos do PAC. O eixo Minha Casa Minha Vida, 12,5% e Água e Luz para Todos 9,4%. Os eixos ligados às áreas sociais, Cidade Melhor (8,4%) e Comunidade Cidadã (1,4%), totalizam 9,8%, apesar do grande número de projetos nos dois eixos. Esta



disparidade justifica-se em virtude dos recursos necessários para implementar projetos de rodovias, portos, refinarias, construção de plataformas serem muito superiores aos de uma creche, UPA, UBS ou até mesmo reformas no patrimônio histórico.

Um segundo ponto a observar é o volume de investimentos previstos pós-2014 nos eixos Energia (63,4% dos recursos do eixo e 36,0%% da região) e Transportes (27,1% dos recursos do eixo). Mais uma vez justifica-se pela natureza de seus projetos, que podem demandar vários anos desde seu planejamento inicial até a sua conclusão. O mesmo ocorre nos eixos Comunidade Cidadã (39,4%) e Cidade Melhor (72,2% dos recursos do eixo pós 2014). Neste caso, a justificativa encontra-se no fato de grande parte dos empreendimentos terem sido selecionados em 2013, como é o caso do PAC Cidades Históricas. Vale salientar que os recursos não liquidados em um exercício são inscritos nos RPNP, como já citado anteriormente.

Como mencionado, a principal fonte de recursos do eixo Energia provém de estatais, em particular a Petrobrás. É o que se constata em todos os estados que apresentam grandes investimentos neste eixo, e em especial no sobeixo Petróleo e Gás Natural (Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe). A Paraíba, pelo contrário, possui apenas dois projetos de geração de energia elétrica e sete de transmissão.

No eixo transportes, a Bahia representa 27,3% dos investimentos e Pernambuco 25,6%. Isto evidencia a grande importância estratégica destes estados para a região. A Bahia, além de sua grande extensão territorial, localiza-se na divisa com as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Pernambuco destaca-se pelo Porto de Suape e a Refinaria Abreu e Lima. Desta forma, justificam-se os investimentos em Ferrovias, Marinha Mercante e Rodovias em ambos.

Tabela 14 Investimentos do PAC por eixo - Região Nordeste

EIXO	Período	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE	% NE
<b>Energia</b>	Até 2014	2.535,81	16.870,31	6.622,49	6.847,75	1.658,31	43.636,04	1.495,46	13.538,84	4.407,61	97.612,62	20,83
	Pós 2014	7.697,69	35.120,49	22.749,70	44.070,75	172,23	6.778,97	3.117,18	16.124,51	33.096,18	168.927,70	36,05
	Total	10.233,50	51.990,80	29.372,19	50.918,50	1.830,54	50.415,01	4.612,64	29.663,35	37.503,79	266.540,32	56,89
	% NE	3,84	19,51	11,02	19,10	0,69	18,91	1,73	11,13	14,07	100,00	
Transportes	Até 2014	1.724,69	10.448,26	6.039,58	2.554,31	856,62	9.745,98	4.805,89	1.946,97	728,49	38.850,79	8,29
	Pós 2014	560,42	4.128,81	2.566,61	507,78	248,00	3.926,02	1.744,96	390,07	372,87	14.445,54	3,08
	Total	2.285,11	14.577,07	8.606,19	3.062,09	1.104,62	13.672,00	6.550,85	2.337,04	1.101,36	53.296,33	11,37
	% NE	4,29	27,35	16,15	5,75	2,07	25,65	12,29	4,38	2,07	100,00	
Água e Luz	Até 2014	1.769,82	4.111,53	6.333,81	1.083,15	5.705,42	8.454,58	1.586,01	4.326,12	577,70	33.948,14	7,25
	Pós 2014	732,69	965,31	2.222,55	149,03	2.046,52	1.834,59	97,66	1.752,50	304,40	10.105,25	2,16
	Total	2.502,51	5.076,84	8.556,36	1.232,18	7.751,94	10.289,17	1.683,67	6.078,62	882,10	44.053,39	9,40
	% NE	5,68	11,52	19,42	2,80	17,60	23,36	3,82	13,80	2,00	100,00	
Minha Casa	Até 2014	3.495,19	15.668,42	8.161,84	6.668,81	3.367,08	7.298,68	2.603,48	4.114,89	3.766,53	55.144,92	11,77
	Pós 2014	169,00	815,19	569,27	349,84	213,02	1.201,61	126,02	26,81	77,99	3.548,75	0,76
	Total	3.664,19	16.483,61	8.731,11	7.018,65	3.580,10	8.500,29	2.729,50	4.141,70	3.844,52	58.693,67	12,53
	% NE	6,24	28,08	14,88	11,96	6,10	14,48	4,65	7,06	6,55	100,00	
Comunidade	Até 2014	231,45	949,84	616,29	612,52	305,96	592,42	293,17	185,20	128,44	3.915,29	0,84
	Pós 2014	144,91	626,87	368,97	420,02	199,28	355,45	240,90	107,09	84,53	2.548,02	0,54
	Total	376,36	1.576,71	985,26	1.032,54	505,24	947,87	534,07	292,29	212,97	6.463,31	1,38
	% NE	5,82	24,39	15,24	15,98	7,82	14,67	8,26	4,52	3,30	100,00	
Cidade Melhor	Até 2014	199,39	2.123,69	2.825,03	479,15	556,95	2.976,96	416,66	1.167,35	213,49	10.958,67	2,34
	Pós 2014	624,38	8.826,48	6.254,93	1.509,40	1.181,85	6.883,14	796,20	1.737,64	737,05	28.551,07	6,09
	Total	823,77	10.950,17	9.079,96	1.988,55	1.738,80	9.860,10	1.212,86	2.904,99	950,54	39.509,74	8,43
	% NE	2,08	27,72	22,98	5,03	4,40	24,96	3,07	7,35	2,41	100,00	
total geral		19.885,44	100.655,20	65.331,07	65.252,51	16.511,24	93.684,44	17.323,59	45.417,99	44.495,28	468.556,76	100,00
% Geral		4,24	21,48	13,94	13,93	3,52	19,99	3,70	9,69	9,50	100,00	

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

A Tabela 15 apresenta os investimentos previstos para a Paraíba de acordo com o eixo e a exclusividade do uso dos recursos no Estado. Verificamos que 52,94% são recursos exclusivos e, destes, 38,7% previstos para realização até 2014. O eixo com maior volume de recursos é o Água e luz para todos, com 46,9% dos recursos totais, seguido do Minha casa, minha vida (MCMV), com 21,7%. Quando verificamos os recursos exclusivos, a situação se inverte, ficando o MCMV com 40,9%, o Água e Luz com 20,9% e o Cidade Melhor com 19,9%. Do total de R\$ 7,75 milhões previstos para o eixo Água e Luz, 76,4% correspondem ao projeto de integração da Bacia do São Francisco.

Tabela 15 - Investimentos previstos do PAC2 para o estado da Paraíba

Eixo	Nº Projetos	2011-2014 Exclusivo (R\$ milhões)	Pós 2014 Exclusivo (R\$ milhões)	2011-2014 Regional (R\$ milhões)	Pós 2014 Regional (R\$ milhões)
Transportes	21	687,65	204,06	168,97	43,94
Energia	15	188,56	12,56	1,469,75	159,67
Água e Luz para todos	199	1.288,62	538,80	4.416,80	1.507,72
Cidade Melhor	440	556,95	1.181,85	-	-
Comunidade Cidadã	984	305,96	199,28	-	-
Minha Casa, Minha Vida	151	3.367,08	213,02	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1810</b>	<b>6.394,83</b>	<b>2.349,57</b>	<b>6.055,51</b>	<b>1.711,33</b>

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

Nos próximos tópicos analisaremos o andamento da implementação do PAC na Paraíba em cada um de seus eixos.

#### 4.1 EIXO: TRANSPORTES

**METAS:** Tem como prioridade os investimentos em ferrovias e rodovias do país, otimizando o escoamento da produção brasileira e garantindo a segurança dos usuários. Fazem parte também deste eixo projetos de portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais.

O estudo Eixos Integrados do Desenvolvimento da Paraíba (EID-PB) apresenta a seguinte demanda para as principais estradas paraibanas:

Tabela 16 - Principais gargalos rodoviários da Paraíba

Rodovia	Trecho	VDM* 2020	Capacidade da Via	Utilização Capacidade
BR-101	PB-034 – PB/PE	51.935	38.544	134,74%
BR-101	João Pessoa – PB-034	49.159	38.544	127,54%
PB-044	BR-101 – Caaporã	17.770	17.914	99,20%
BR-104	Remígio – Campina Grande	15,148	19.272	78,60%
BR-230	João Pessoa – Bayeux	31.206	41.457	75,27%

FONTE: Análise macrologística e SEPAG-PB

\* Volume Diário Médio

Na Paraíba, o estudo EID-PB identificou a necessidade de investimentos em 86 projetos, em vários modais de transportes, como mostra a Tabela 17 abaixo:

Tabela 17 - Projetos em transporte para suprir a demanda da Paraíba

Modal	Nº de projetos	% do total	Investimento (R\$ milhões)	% do total
Rodoviário	77	89,5	2.100,67	51,9
Ferroviário	3	3,5	1.170,55	28,9
Portuário	4	4,7	774,02	19,1
Aeroportuário	2	2,3	1,7	0,1
Total	86	100	4.046,87	100

FONTE: Análise macrologística e SEPAG-PB

O estado da Paraíba possui 21 projetos do PAC neste eixo, o que representa 7,5% dos projetos da região Nordeste e 2,49% do total nacional. Como podemos ver na Tabela 18, a Bahia é o estado nordestino com maior número de projetos, seguido de Pernambuco e Ceará.

Tabela 18 - Nº de projetos no eixo Transportes

Estado	Nº Projetos	UF/NE (%)	UF/Brasil (%)
Alagoas	19	6,79%	2,25%
Bahia	57	20,36%	6,76%
Ceará	36	12,86%	4,27%
Maranhão	28	10,00%	3,32%
<b>Paraíba</b>	<b>21</b>	<b>7,50%</b>	<b>2,49%</b>
Pernambuco	48	17,14%	5,69%
Piauí	21	7,50%	2,49%
Rio Grande do Norte	31	11,07%	3,68%
Sergipe	19	6,79%	2,25%
Nordeste	280	100,00%	33,21%
Brasil	843	-	100,00%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/transportes/pb>

Quanto ao volume de investimentos no eixo transporte, a Paraíba possui o pior volume de recursos exclusivos e o penúltimo em total de investimentos previstos, ficando um pouco à frente apenas de Sergipe. Bahia (27,3%), Pernambuco (25,6%) e Ceará (16,1%) são os estados com mais investimentos previstos (69% do total da região). Como já citado anteriormente, devido a sua importância estratégica, só de investimentos em rodovias, a Bahia tem previstos R\$ 8,0 bilhões (18 projetos de construção, duplicação e adequação e uma concessão da rodovia BR 101 trecho BA /ES/RJ), além de ferrovias, portos, hidrovias e marinha mercante. O estado de Pernambuco possui seis empreendimentos de duplicação ou adequação de rodovias, investimentos na Ferrovia Nova Transnordestina, além do Porto de Suape e marinha mercante. Já o Ceará possui oito projetos de construção, duplicação e adequação de rodovias, além de também fazer parte nos empreendimentos da Ferrovia Transnordestina, que inclui ainda o Piauí. Outro fator que justifica a concentração de investimentos nos três estados é a questão populacional. A Bahia possui 27% da população da região, Pernambuco 16,5% e Ceará, 15,7%.

O eixo apresenta 27,1% de seus investimentos previstos para realização pós-2014. Quanto à exclusividade dos recursos, 61% dos investimentos previstos da região são de uso exclusivo nos estados enquanto 39% dos recursos são regionais e estão ligados principalmente à Construção da Ferrovia Transnordestina (CE-PE-PI) e concessão de rodovias federais - BR 101 (BA-ES).

Tabela 19 - Total de recursos investidos no eixo Transportes por estado - Nordeste

UF	Investimentos exclusivos			Investimentos regionais			TOTAL GERAL
	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	
AL	1.544,98	517,93	2.062,91	179,21	42,49	221,70	2.284,61
BA	7.766,91	4.059,94	11.826,85	2.681,35	68,87	2.750,22	14.577,07
CE	1.904,27	889,47	2.793,74	4.135,31	1.677,14	5.812,45	8.606,19
MA	2.323,11	503,33	2.826,44	231,20	4,45	235,65	3.062,09
PE	5.561,29	2.242,88	7.804,17	4.184,69	1.683,14	5.867,83	13.672,00
PB	687,65	204,06	891,71	168,97	43,94	212,91	1.104,62
PI	988,59	111,76	1.100,35	3.817,30	1.633,20	5.450,50	6.550,85
RN	1.737,76	347,58	2.085,34	209,21	42,49	251,70	2.337,04
SE	728,49	372,87	1.101,36	-	-	0,00	1.101,36
NE	23.243,05	9.249,82	32.492,87	15.607,24	5.195,72	20.802,96	53.295,83

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

Além de construção, duplicação e adequação, o eixo rodovias inclui ações de estudos, projetos, manutenção e operação de rodovias. Estas ações emvolvem todos os estados, o que eleva o número de projetos. O eixo portos possui cinco projetos de inteligência logística, que envolve todos os estados que utilizam serviço portuário. Assim sendo, dos 59 empreendimentos portuários do Nordeste 35 referem-se a investimentos regionais desta ação. Apenas Sergipe e Piauí não estão incluídos nestes empreendimentos.

Tabela 20 - Nº de projetos no eixo Transportes – Distribuição por ação

Ação	Brasil	Brasil (%)	NE	NE (%)	PB	PB (%)
Aeroportos	106	12,57%	26	9,29%	2	9,52%
Portos	77	9,13%	59	21,07%	4	19,05%
Rodovias	421	49,94%	122	43,57%	10	47,62%
Equip. Est. Vicinais	121	14,35%	45	16,07%	5	23,81%
Ferrovias	48	5,69%	20	7,14%	0	0,00%
Hidroviias	70	8,30%	8	2,86%	0	0,00%
Total:	843	100,00%	280	100,00%	21	100,00%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/transportes/pb>

Quanto à distribuição por ação, a Paraíba possui dez empreendimentos de rodovias, sendo quatro de duplicação e adequação de rodovias, três de estudos e projetos e os demais de manutenção. Já a ação Portos possui uma obra exclusiva, a dragagem de aprofundamento do porto de Cabedelo, e três de inteligência logística. A ação Aeroportos inclui dois projetos, ambos em Campina Grande, encerrando as obras do eixo.

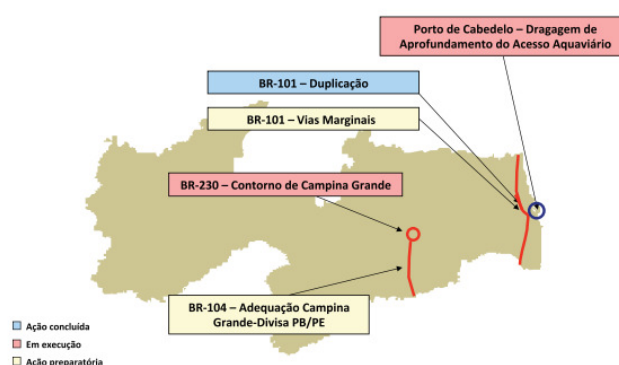


Figura 3 - Ações no eixo Transportes no Estado da Paraíba  
Fonte: PAC2 - 9º Balanço 2011-2013 – Ano 3

Para melhor compreensão do andamento das ações, faz-se necessário alguns esclarecimentos: A fase de ação preparatória é a etapa anterior à assinatura do Termo de Compromisso e a consequente liberação de licitações e execução dos empreendimentos. O PAC separa os projetos e estudos das obras em si. Desta forma, temos as fases de licitação de projetos e a de Licitação de obras. A fase de execução está ligada aos projetos e estudos a serem elaborados para posterior execução das obras. A fase de obras aos empreendimentos físicos em andamento, como a duplicação de uma rodovia.

Em termos de transportes rodoviários, os empreendimentos na Paraíba são:

Rodovias: Ação com dez empreendimentos e maior investimento (R\$ 716,42 milhões), sendo 335 milhões destinados a manutenção.

- BR-101/PB - Duplicação subtrecho Lucena - divisa PB/PE - Vias marginais - Ação preparatória
- BR-104/PB - Adequação trecho Campina Grande - divisa PB/PE - Ação preparatória
- BR-230/PB - Duplicação do contorno de Campina Grande (R\$ 30 milhões)– Em obras
- BR-101/PB - Duplicação subtrecho Lucena - divisa PB/PE (R\$ 75,6 milhões)- Concluída
- Estudos e projetos a executar - Fase: ação preparatória;
- Manutenção e operação rodoviária a executar - Fase: ação preparatória;
- Estudos e projetos em execução - Fase de execução
- Manutenção e operação rodoviária em execução Fase de obras
- Estudos e projetos concluídos - Fase de conclusão
- Manutenção, sinalização e controle de velocidade concluídos - Fase de conclusão

Aeroporto: possui duas obras no município de Campina grande:

- Aeroporto de Campina Grande - Recuperação da cerca operacional R\$ 1,01 milhão - Concluído
- Aeroporto de Campina Grande - Recuperação da pista de pouso, pista de táxi e do sistema de drenagem R\$ 9,08 milhões – Em obras

Equipamentos para estradas vicinais (caminhões-caçamba, motoniveladoras e retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais). Valor: R\$ 165 milhões:

- Equipamentos para recuperação de estradas vicinais - caminhões-caçamba - em execução.
- Equipamentos para recuperação de estradas vicinais - motoniveladoras - em execução.
- Equipamentos para recuperação de estradas vicinais - caminhões-caçamba – concluído.
- Equipamentos para recuperação de estradas vicinais - caminhões-caçamba – concluído.
- Equipamentos para recuperação de estradas vicinais - retroescavadeiras – concluído.

Portos – Apenas a dragagem do porto é empreendimento exclusivo. Os demais são projetos de logística comuns a vários estados:

- Porto de Cabedelo - dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário R\$ 140 mil - Em obras
- Porto sem papel - Concentrador de dados e portal de informações portuárias – em execução;
- Programa de conformidade do gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos dos portos marítimos brasileiros – em execução;
- Programa federal de apoio a regularização e gestão ambiental portuária – PRGA – ação preparatória.

Como podemos observar acima, 22% dos empreendimentos estão em fase de ação preparatória, 17% em execução, 22% em obras e 39% concluídas. Estes índices são compatíveis com os demais estados da região, que apresentam mais de 72% dos empreendimentos em obras ou concluídos, estando em média com 31,9% das obras concluídas. A Paraíba não foi contemplada com nenhum investimento em ferrovias e hidrovias.

Ao avaliarmos os recursos investidos, verificamos que as obras concluídas correspondem a 43,5% dos recursos totais previstos. Já os empreendimentos em



obras envolvem 33,1% dos recursos previstos até 2014. De acordo com o 9º Balanço do PAC, há uma previsão de 21,9% dos investimentos exclusivos pós-2014. Lembramos mais uma vez que os recursos não liquidados em um exercício são inscritos no RPNP para utilização futura.

## 4.2 EIXO: ENERGIA

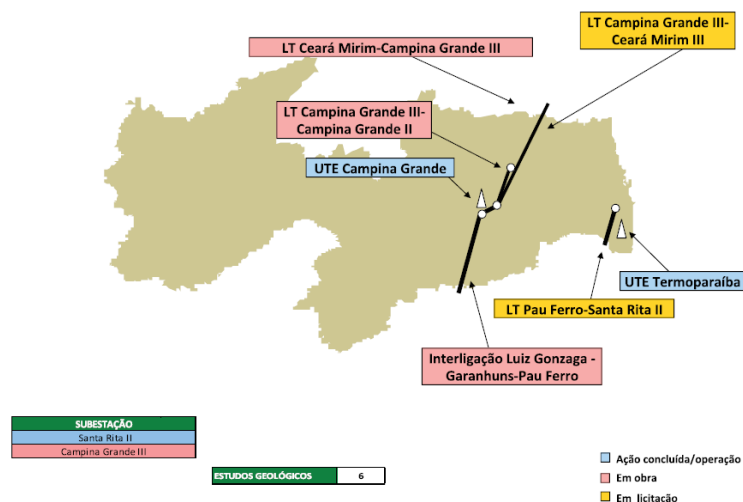


Figura 4 - Ações no eixo Energia no Estado da Paraíba  
Fonte: PAC2 - 9º Balanço 2011-2013 – Ano 3

**METAS:** Investimentos para assegurar o suprimento de energia elétrica no país a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas. Tem como áreas prioritárias a geração de energia elétrica, a transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral.

O estudo Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba mapeou a geração, transmissão, distribuição e consumo atual do estado, realizando projeções da capacidade de geração do Sistema Integrado Nacional (SIN) e o consumo de energia elétrica para as microrregiões da Paraíba. A Tabela abaixo apresenta os projetos prioritários identificados pelo EID-PB:

Tabela 21 - Empreendimentos prioritários em transmissão de energia elétrica – PB (2014-2021)

Empreendimento	Localização	Ano	Investimento (R\$ milhões)	PAC
Transmissão 230 KV	Pau Ferro – Santa Rita II	2014	39	X
Transmissão 500 KV	Pau Ferro – Santa Rita II	2014	39	
Transmissão 500 KV	Garanhuns – C. Grande III	2015	76	X
Transmissão 500 KV	Ceará Mirim II – C. Grande III	2015	80	X
Transmissão 500 KV	Ceará Mirim II – C. Grande III C2	2015	156	X
Transmissão 230 KV	Sec. C. Grande II – Extremoz II	2015	5	
Transmissão 230 KV	Sec. C. Grande II – Extremoz II C2	2015	10	
Transmissão 230 KV	C. Grande II – C. Grande III	2015	3	X
Subestação	Nova SE C. Grande III	2015	59	X
Subestação	Melhoria Santa Rita II	2015	-	X
Transmissão 230 KV	Sec. C. Grande II – Pau Ferro	2018	10	
Transmissão 230 KV	C. Grande III – Santa Rita	2018	46	
Transmissão 500 KV	C. Grande III – Pau Ferro	2021	51	

FONTE: Análise macrologística e SEPAG-PB

Como podemos observar na Tabela 22, a Paraíba foi contemplada com apenas 15 projetos do eixo Energia, ou 3,71% dos projetos da região Nordeste e 1,98% do total brasileiro. O grande destaque neste eixo é o Rio Grande do Norte, com 58 usinas eólicas já concluídas (9) ou em obras (49) em um total de 109 projetos. A Bahia ficou em 2º lugar, com 90 projetos e o Ceará em 3º, com 63. A Paraíba foi o penúltimo estado, à frente apenas de Sergipe, que obteve 12 projetos.

Tabela 22 - Nº de projetos no eixo ENERGIA.

Estado	Nº projetos	% Região	% Brasil
Alagoas	23	5,69%	3,04%
Bahia	90	22,28%	11,90%
Ceará	63	15,59%	8,33%
Maranhão	26	6,44%	3,44%
<b>Paraíba</b>	<b>15</b>	<b>3,71%</b>	<b>1,98%</b>
Pernambuco	42	10,40%	5,56%
Piauí	24	5,94%	3,17%
Rio Grande do Norte	109	26,98%	14,42%
Sergipe	12	2,97%	1,59%
Nordeste	404	100,00%	53,44%
Brasil	756	-	100,00%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/energia>

A Tabela 23 apresenta o total de investimentos no eixo Energia dos estados nordestinos. O eixo representa 56,9% do total de investimentos do PAC no Nordeste, dos quais 63,4% estão previstos para realização pós-2014. Os investimentos exclusivos correspondem a 90,9% dos recursos.

Tabela 23 - Total de recursos investidos no eixo Energia por estado - Nordeste

UF	Investimentos exclusivos			Investimentos regionais			TOTAL GERAL
	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	
AL	1.158,01	7.697,69	8.855,70	1.377,80		1.377,80	10.233,50
BA	15.679,81	32.750,01	48.429,82	1.190,50	2.370,48	3.560,98	51.990,80
CE	9.904,42	21.689,84	31.594,26	718,07	1.059,86	1.777,93	33.372,19
MA	4.665,00	37.997,36	42.662,36	2.182,75	6.073,39	8.256,14	50.918,50
PB	188,56	12,56	201,12	1.469,75	159,67	1.629,42	1.830,54
PE	42.175,50	5.802,33	47.977,83	1.460,54	976,64	2.437,18	50.415,01
PI	382,50	320,50	703,00	1.112,96	2.796,68	3.909,64	4.612,64
RN	12.812,48	15.611,22	28.423,70	726,36	513,29	1.239,65	29.663,35
SE	4.034,16	33.096,18	37.130,34	373,45		373,45	37.503,79
NE	91.000,44	154.977,69	245.978,13	10.612,18	13.950,01	24.562,19	270.540,32

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

A Paraíba foi contemplada com apenas 0,1% dos investimentos exclusivos e 0,7% do investimento total da região, enquanto Bahia, Maranhão e Pernambuco receberam, respectivamente 19,2%, 18,8% e 18,6%, totalizando 56,6% dos investimentos da Região Nordeste.

É importante salientar aqui que 57,8% dos recursos do eixo são oriundos do orçamento das estatais, principalmente a Petrobras, e o restante do setor privado. A ação Petróleo e Gás Natural representa 98,7% dos investimentos em energia do estado de Sergipe; 91,1% de Pernambuco; 82,6% da Bahia e 80,5% do Maranhão. No Rio Grande do Norte, corresponde a 63,7% enquanto a Geração de Energia Elétrica através das quase 60 usinas eólicas totalizam 29,5% dos recursos do eixo. Um outro dado é que apenas Pernambuco possui volume de investimentos até 2014 (86,6%) superiores aos pós-2014 (13,4%).

A tabela 24 apresenta o número de projetos do eixo, indicando que Geração de Energia Elétrica representa 49,7% e Transmissão de Energia 20,5% dos empreendimentos da região Nordeste. Petróleo e Gás Natural, apesar de corresponder a 11,9% do número de empreendimentos, é responsável por mais de 80% do recursos a serem investidos.

Tabela 24 - Distribuição dos projetos do eixo ENERGIA de acordo com as ações

Ação	BR	BR (%)	NE	NE (%)	PB	PB (%)
Combustíveis Renováveis	6	0,79%	0	0,00%	0	0,00%
Geologia e Mineração	11	1,46%	62	15,35%	6	40,00%
Revitalização Ind. Naval	37	4,89%	10	2,48%	0	0,00%
Geração Energia Elétrica	344	45,50%	201	49,75%	2	13,33%
Transm. Energia Elétrica	177	23,41%	83	20,54%	7	46,67%
Petróleo e Gás Natural	181	23,94%	48	11,88%	0	0,00%
Total:	756	100,00%	404	100,00%	15	100,00%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/energia>

A Paraíba foi contemplada com dois projetos de geração, sete de transmissão de energia e seis de geologia e mineração, conforme discriminado abaixo:

#### Geração de energia elétrica:

- Usina Termelétrica a Óleo - Campina Grande – PB – Concluído  
Executor: Borborema Energética S/A  
Valor previsto: **R\$ 2.000.000,00**
- Usina Termelétrica a Óleo - Termoparaíba – Conde – Pb – Concluído  
Executor: Centrais Elétricas da Paraíba S.A.  
Valor previsto: **R\$ 1.000.000,00**

#### Transmissão de energia elétrica:

##### Licitação de obras: 02

- LT 230 KV Pau Ferro - Santa Rita II - PB PE
- LT 500KV Campina Grande III - Ceará Mirim III, C2 - PB RN

##### Em obras: 04

- Interligação Luiz Gonzaga - Garanhuns - Pau Ferro – AL, PB e PE
  - 939 milhões – Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
- LT 500 KV Ceará-Mirim - Campina Grande III – PB e RN
  - 158,165 milhões – Extremoz Transmissora do Nordeste S. A.
- LT 230 KV Campina Grande III - Campina Grande II – PB
  - 9,171 milhões – Extremoz Transmissora do Nordeste S. A.
- SE Campina Grande III 500/230 KV – PB

- 146,394 milhões – Extremoz Transmissora do Nordeste S. A.

Concluído: 01

- SE Santa Rita II 230/69 KV – PB
  - 42,56 milhões – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

De R\$ 1,5 bilhão investido em geração e transmissão de energia, R\$ 201,12 milhões (13,35%) referem-se a investimentos exclusivos no estado enquanto R\$ 1,3 bilhões (86,35%) são investimentos regionais, compartilhados entre os estados envolvidos nos projetos. Os maiores investimentos estão ligados à transmissão de energia, sendo a Interligação Luiz Gonzaga-Garanhuns-Pau dos Ferros, no valor de R\$ 939 milhões, o principal deles.

Dos empreendimentos com recursos exclusivos, 22,1% foram concluídos, correspondendo a 2,4% dos investimentos do eixo, estando o restante em obras. Já os empreendimentos regionais da área de transmissão de energia e geologia, dois estão em fase de licitação de obra, o que impede a divulgação dos valores do projeto e os outros dois estão em obras, representando 59,1% dos recursos do eixo. A previsão inicial, de acordo com os dados da Tabela 20, seria de que 89,4% dos recursos previstos estariam liquidados até 2014.

Os outros seis projetos são ações de Geologia e mineração e estão relacionados a levantamentos geológicos, geoquímicos e hidrogeológicos. Estes investimentos são comuns a todos os estados da federação. A Paraíba possui um investimento previsto na área de R\$ 324,64 milhões, o que corresponde a 17,7 dos recursos do eixo energia. Todos os projetos estão em fase de execução.

Não se pode determinar a partir destas informações, entretanto, o quanto do andamento das obras está abaixo do previsto, tendo em vista que pelas fontes utilizadas neste trabalho, não foi possível verificar a fase em que se encontram os empreendimentos em obras ou em execução. Desta forma, não temos como informar, por exemplo, quanto dos R\$ 939 milhões destinados para a Interligação Luiz Gonzaga-Garanhuns-Pau dos Ferros já foi liquidado.

Tanto os balanços do PAC quanto o portal [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br) informam apenas o valor total dos empreendimentos já licitados, não disponibilizando os valores já liquidados dos empreendimentos em obras/execução nem os recursos previstos dos projetos nas fases pré-licitatórias. Este é o motivo pelo qual nos baseamos

principalmente no andamento do quantitativo de projetos em detrimento do volume de recursos liquidados.

### 4.3 EIXO: ÁGUA E LUZ PARA TODOS

METAS: investimentos para a universalização do acesso à água e energia elétrica no país. Fazem parte desse eixo as ações Luz para Todos, Água em Áreas Urbanas e Recursos Hídricos.

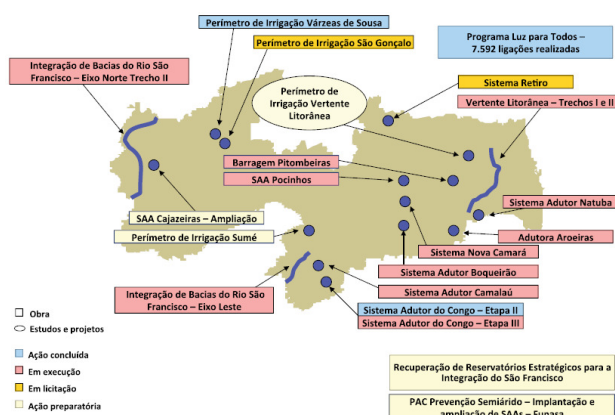


Figura 5 - Ações no eixo Água e Luz Para Todos no Estado da Paraíba  
Fonte: PAC2 - 9º Balanço 2011-2013 – Ano 3

Conforme demonstra a tabela 25, a Paraíba foi contemplada com 199 (11,87%) dos projetos na região Nordeste e 5,6% dos projetos nacionais no eixo Água e luz para todos.

Tabela 25 - Nº de projetos no eixo Água e luz para todos.

Estado	Nº Projetos	% NE	% Brasil
Alagoas	79	4,71%	2,22%
Bahia	217	12,95%	6,10%
Ceará	316	18,85%	8,89%
Maranhão	212	12,65%	5,96%
<b>Paraíba</b>	<b>199</b>	<b>11,87%</b>	<b>5,60%</b>
Pernambuco	193	11,52%	5,43%
Piauí	270	16,11%	7,59%
Rio Grande do Norte	123	7,34%	3,46%
Sergipe	67	4,00%	1,88%
Nordeste	1676	100,00%	47,13%
Brasil	3556	-	100,00%

Fonte: <http://www.pac.gov.br/agua-e-luz-para-todos/>

Quanto aos investimentos, do valor de R\$ 7.751,94 previstos, 23,57% correspondem a investimentos exclusivos e 76,43% investimentos regionais (Tabela 26).

Tabela 26 - Recursos investidos no eixo Água e Luz Para Todos por estado - Nordeste							
UF	Investimentos exclusivos			Investimentos regionais			TOTAL GERAL
	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	2011-2014	Pós-2014	TOTAL	
AL	1.757,47	732,69	2.490,16	12,35		12,35	2.502,51
BA	4.062,62	965,31	5.027,93	48,91		48,91	5.076,84
CE	2.883,90	889,43	3.773,33	3.449,91	1.332,72	4.782,63	8.555,96
MA	1.077,09	149,03	1.226,12	6,06		6,06	1.232,18
PE	4.208,43	1.143,87	5.352,30	4.246,15	690,72	4.936,87	10.289,17
PB	1.288,62	538,80	1.827,42	4.416,80	1.507,72	5.924,52	7.751,94
PI	1.579,95	97,66	1.677,61	6,06		6,06	1.683,67
RN	890,69	419,78	1.310,47	3.435,43	1.332,72	4.768,15	6.078,62
SE	532,85	304,40	837,25	44,85		44,85	882,10
NE	18.281,62	5.240,97	23.522,59	15.666,52	4.863,88	20.530,40	44.052,99

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

O eixo é composto por ações em três áreas, ou ações: **Luz para todos**, **Recursos hídricos** e **Água em áreas urbanas**. As ações em recursos hídricos são as que apresentam maiores investimentos, sendo que a maioria em empreendimentos regionais, voltados ao projeto de integração do Rio São Francisco, que apresenta uma previsão de recursos de R\$ 5,92 bilhões para a Paraíba, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Os outros estados que estão envolvidos no projeto de transposição são Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Não por coincidência, estes são também os estados com maiores volumes de investimentos previstos no eixo.

A ação **Recursos hídricos** tem as seguintes metas: Abastecimento de água, irrigação, estudos e projetos, e revitalização (esgotamento sanitário e controle de processos erosivos) para ampliar a infraestrutura de abastecimento de água. Também prevê o desenvolvimento da agricultura irrigada, incorporando novas áreas de produção, revitalizar bacias, recuperar as margens e promover o desassoreamento dos rios.

Na Paraíba, a ação tem 31 projetos exclusivos, assim distribuídos:

- Ação preparatória – 8
- Licitação de obras – 8

- Em obras – 9
- Em execução – 2
- Concluídos – 4

O total de investimentos exclusivos é de R\$ 1,29 bilhões, sendo R\$ 192,22 milhões pós-2014. Desde valor, R\$ 842,22 milhões, ou 65,25% dos recursos, estão direcionados para o projeto da “Vertente litorânea paraibana – trechos I e II”, que está em obras e deverá beneficiar nove municípios paraibanos (Ingá, Itabaiana, Mari, Sobrado, São José dos Ramos, Sapé, Cuité de Mamanguape, Mogeiro, Araçagi). O Canal terá 112,5 km de extensão compreendendo canais, adutoras, túneis, estação elevatória, teve início em 2011.

Os órgãos responsáveis pelos investimentos exclusivos em recursos hídricos são: Funasa (08 empreendimentos – R\$ 46,48 milhões); Ministério da Integração Nacional (17 projetos, entre eles a Vertente Litorânea – R\$ 1,1 bilhão); Ministério das Cidades (02 empreendimentos – R\$ 18,51 milhões) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (04 ações – R\$ 125,81 milhões).

A ação **Luz para todos** tem o objetivo de fazer 716 mil ligações de energia elétrica no país entre 2011 e 2014. Pelo programa, as companhias distribuidoras estão obrigadas a ligar qualquer pedido em sua área de concessão. Na Paraíba, a Energisa realizou 7.592 ligações em um investimento de R\$ 37.230.000,00.

Para encerrar este eixo, a ação **Água em áreas urbanas** busca melhorar e expandir o abastecimento de água da população das áreas urbanas com adutoras, estações de tratamento, reservatórios, regularização da distribuição, aumento da produção e cobertura. Na Paraíba, foram selecionados 159 projetos, dos quais 10 estão em fase preparatória, 83 em obras e 58 foram concluídos. Os investimentos, distribuídos entre o Ministério das Cidades (520 mil) e a Funasa (110 mil), conforme o número de habitantes dos municípios.

#### 4.4 EIXO: MINHA CASA, MINHA VIDA

**METAS:** Tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro. Na área urbana, o programa é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1),



até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3).

Tabela 27 - Distribuição dos recursos do Eixo Minha Casa, Minha Vida nos Estados do Nordeste

UF	Nº projetos	2011-2014 R\$ milhões)	Pós-2014 (R\$ milhões)	TOTAL (R\$ milhões)
AL	51	3.495,19	169,00	3.664,19
BA	229	15.668,42	815,19	16.483,61
CE	197	8.161,84	566,27	8.728,11
MA	128	6.668,81	349,84	7.018,65
PE	196	7.298,68	1.201,61	8.500,29
PB	148	3.367,08	213,02	3.580,10
PI	77	2.603,48	126,02	2.729,50
RN	68	4.114,89	26,81	4.141,70
SE	44	3.766,53	77,99	3.844,52
NE	1138	55.144,92	3.545,75	58.690,67

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

Ao avaliar a população dos estados nordestinos, verificamos que a Bahia representa 27% da população da região, Pernambuco 16,5%, Ceará 15,7% e Maranhão 12,2%. Como podemos observar na Tabela 24, estes também foram os estados que obtiveram maiores recursos no eixo.

A Paraíba recebeu o 2º menor volume de investimentos no eixo, com 6,1% dos recursos da região Nordeste. Estes recursos estão distribuídos nos programas Minha Casa, Minha Vida (1,56 bilhões), Financiamento SBPE (1,67 bilhões), e também está previsto o investimento de R\$ 348,43 milhões em urbanização de assentamentos precários no estado da Paraíba, dos quais R\$ 135,44 até 2014. Estes recursos estão distribuídos em 148 projetos, sendo 117 de elaboração do plano local de habitação dos municípios, procedimento necessário para que estes tenham acesso a recursos do Ministério das Cidades, 15 de urbanização de áreas nos municípios de João Pessoa (05), Campina Grande (05), Mamanguape, Patos, Sousa, Pombal e Bonito de Santa Fé. O restante são provisões habitacionais (11) e produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda (02).

Quanto ao andamento dos projetos de assentamentos precários, 97 foram concluídos, 22 estão em obras e 23 em execução. Todos os empreendimentos fazem parte do PAC1, tendo sido aprovados entre 2007 e 2010.

Os empreendimentos localizados em João Pessoa são: Urbanização do Bairro São José (em licitação de obras), comunidade Maria de Nazaré, Comunidade

do Taipa, Comunidade Saturnino de Brito e Rio Sanhauá, Ilha do Bispo, Alto do Mateus, Favela do S e Varadouro, em fase de obras, no valor de R\$ 67,8 milhões.

Campina Grande recebeu cinco empreendimentos de urbanização, estando quatro em obras, no valor de R\$ 100,5 milhões e um concluído, na Invasão Novo Horizonte, ao custo de R\$ 8,4 milhões de reais.

#### 4.5 EIXO: COMUNIDADE CIDADÃ

Este eixo compreende serviços sociais e urbanos nas grandes cidades brasileiras, com ações de ampliação na cobertura de serviços comunitários nas áreas de saúde, educação e cultura.

Tabela 28 - Distribuição dos recursos do Comunidade Cidadã nos Estados do Nordeste

UF	Nº projetos	2011-2014 R\$ milhões)	Pós-2014 (R\$ milhões)	TOTAL (R\$ milhões)
AL	758	231,45	144,91	376,36
BA	3306	949,84	626,87	1.576,71
CE	1976	616,29	368,97	985,26
MA	2157	612,52	420,02	1.032,54
PB	991	305,96	199,28	505,24
PE	1909	592,42	355,45	947,87
PI	1416	293,17	240,90	534,07
RN	695	185,20	107,09	292,29
SE	410	128,44	84,53	212,97
NE	13618	3.915,29	2.548,02	6.463,31

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

O eixo Comunidade Cidadã é que recebeu menor volume de investimentos do PAC, com apenas 1,4% do total de recursos. Entretanto, é o eixo com maior número de empreendimentos.

Neste eixo, a Paraíba foi contemplada com 991 projetos, o que corresponde a 7,3% do número de projetos da região. Quanto aos recursos, estão previstos R\$ 505,24 milhões, dos quais 60,5% até 2014. Estes investimentos correspondem a 7,8% do total da região Nordeste.

No estado da Paraíba, os projetos foram assim distribuídos:

- Unidade de Pronto Atendimento (UPA): 17
- Unidade Básica de Saúde (UBS): 539

- Creches e Pré-Escolas: 182
- Quadras esportivas nas escolas: 244
- Centros de Iniciação ao Esporte (CIE): 05
- Centros de Artes e Esportes Unificados: 04

**Unidade de Pronto Atendimento (UPA):** Devem oferecer estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Podem resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame. Com investimento previsto de R\$ 36 milhões, sendo 16 milhões até 2014. Apenas as duas UPAs de João Pessoa são do tipo II (9 a 12 leitos de observação. Capacidade de atender até 300 pacientes por dia. População na área de abrangência de 100 mil a 200 mil habitantes). As demais são do tipo I (5 a 8 leitos de observação. Capacidade de atender até 150 pacientes por dia. População na área de abrangência de 50 mil a 100 mil habitantes). Quanto ao andamento, as obras no estado da Paraíba encontram-se:

- Ação preparatória: 08
- Em licitação de obras: 02
- Em obras: 07

**Unidade Básica de Saúde (UBS)** – Fornece atendimentos básicos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos pelas UBS são consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. A Paraíba foi beneficiada com 539 projetos de UBS, num investimento de R\$ 130 milhões, sendo R\$ 83 milhões previstos para realização até 2014. Na Paraíba, quanto ao andamento, as obras encontram-se:

- Ação preparatória: 142 (26,3%)
- Em licitação de obras: 65 (12,1%)
- Em obras: 258 (47,9%)
- Concluídas: 74 (13,7%)

**Creches e pré-escolas:** Os recursos repassados da União para os Municípios destinam-se à construção e também à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. A Paraíba tem uma previsão de investimentos no montante de R\$ 203,62 milhões, a serem utilizados em 182 projetos. Quanto ao andamento, as obras no estado encontram-se:

- Ação preparatória: 12 (6,6%)
- Em licitação de obras: 71 (39,0%)
- Em contratação de obras: 13 (7,1%)
- Em obras: 72 (39,6%)
- Concluídas: 14 (7,7%)

**Quadras poliesportivas nas escolas:** Há dois modelos: construção de quadra coberta nova e construção de cobertura para quadra já existente e estão direcionadas a escolas municipais ou estaduais. A Paraíba foi contemplada com 244 projetos. Quanto ao andamento, as obras encontram-se:

- Ação preparatória: 115 (47,1%)
- Em licitação de obras: 18 (7,4%)
- Em contratação de obras: 55 (22,6%)
- Em obras: 42 (17,2%)
- Concluídas: 14 (3,7%)

É interessante observar que 79,1% dos projetos foram aprovados em 2013, o que justifica em parte o fato de apenas 20,9% estarem em obras ou concluídos.

**Centros de Iniciação ao Esporte (CIE):** Centros dotados de ginásio poliesportivo, arena poliesportiva externa ou complexo de atletismo (conforme o modelo escolhido), voltados à iniciação esportiva e ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas em áreas de vulnerabilidade social. Estão previstos R\$ 16,47 milhões para a realização de cinco projetos, nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita e Patos, que foram selecionados em dezembro de 2013 e estão em fase de contratação.

**Centros de Artes e Esportes Unificados:** Busca integrar programas e ações culturais, esportivas e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Estão em obras, com investimentos previstos de R\$ 7,85 milhões, quatro centros, dois em João Pessoa, um em Campina Grande e outro em Bayeux. As obras foram selecionadas pelo Ministério da Cultura em 2010.

#### 4.6 EIXO: CIDADE MELHOR

**METAS:** Ações de infraestrutura social e urbana, com o objetivo de enfrentar os principais desafios das grandes cidades brasileiras. Fazem parte desse eixo ações em.

- Equipamentos de Esportes de alto rendimento: 0
- Prevenção de áreas de risco: 02
- PAC cidades históricas: 11
- Mobilidade urbana: 10
- Saneamento: 402
- Pavimentação: 06
- Cidades digitais: 09
- Infraestrutura turística: 02
- Equipamentos metroviários: 01

A Paraíba foi contemplada com 443 projetos, ou 4,65% de um total de 9.517 no país. Na comparação com os estados nordestinos, o estado é o quarto em número de empreendimentos no eixo, atrás da Bahia (770), Ceará (591) e Pernambuco (490). Quanto ao volume de investimentos, estão previstos R\$ 1,74 bilhões para o estado, sendo 32,0% a ser investido até 2014 e 68% pós-2014, o que o coloca em sexto lugar na captação de recursos na região.

Tabela 29 - Distribuição dos recursos do Eixo Cidade Melhor nos Estados do Nordeste

UF	Nº projetos	2011-2014 R\$ milhões)	Pós-2014 (R\$ milhões)	TOTAL (R\$ milhões)
AL	212	199,39	624,38	823,77
BA	770	2.123,69	8.826,48	10.950,17
CE	591	2.825,03	6.254,93	9.079,96
MA	330	479,15	1.509,40	1.988,55
PB	443	556,95	1.181,85	1.738,80
PE	490	2.976,96	6.883,14	9.860,10
PI	381	416,66	796,20	1.212,86
RN	267	1.167,35	1.737,64	2.904,99
SE	139	213,49	737,05	950,54
NE	3623	10.958,67	28.551,07	39.509,74

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

**Saneamento:** tem por objetivo aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e no tratamento de resíduos sólidos. Os municípios que receberão os recursos foram divididos em três grupos:

Grupo 1: grandes regiões metropolitanas do país, municípios com mais de 70 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil nas regiões Sul e Sudeste;

Grupo 2: municípios com população entre 50 mil e 70 mil nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes nas regiões Sul e Sudeste;

Grupo 3: municípios com menos de 50 mil habitantes coordenados pela Funasa.

A Paraíba foi contemplada com 402 empreendimentos de saneamento, com investimentos do Ministério das Cidades (R\$ 744,37 milhões) e FUNASA (R\$ 266,51 milhões), conforme os grupos acima. Quanto ao andamento, as obras encontram-se:

- Ação preparatória: 05 (1,2 %)
- Em licitação de projetos: 01 (0,2%)
- Em contratação: 109 (27,1%)
- Em execução: 79 (19,7%)
- Em obras: 138 (34,3%)
- Concluídas: 70 (17,4%)

Como podemos verificar acima, 71,4% dos empreendimentos estão em andamento ou concluídos. Entretanto, o índice de obras concluídas (17,4%) é muito baixo, considerando-se o fato de que apenas quatro projetos foram aprovados em 2013. O restante foi selecionado entre 2007 e 2011. Esta ação envolve, além do esgotamento sanitário, redes coletoras e melhorias sanitárias, a elaboração de projetos e planos municipais de saneamento.

**Prevenção de áreas de risco:** Prevenir novos deslizamentos, contenção de encostas em áreas de risco, controle de enchente e inundações com obras de drenagem, além da redução de áreas vulneráveis a deslizamentos. Esta ação tem dois empreendimentos na Paraíba, que correspondem a serviços de drenagem no município de Patos, estando um, de 2010, em obras e o outro, aprovado em 2013, em fase de ação preparatória

**Pavimentação:** Obras de pavimentação, calçadas, sinalização e obras de drenagem regiões de baixa renda densamente ocupadas e com infraestrutura precária. São seis obras selecionadas no estado, no valor de R\$ 50,26 milhões, todas aprovadas em março de 2013 e em fase de contratação.

**Infraestrutura turística:** A cidade de João Pessoa receberá R\$ 50 milhões para conclusão do Centro de Convenções, sendo 20 milhões até 2014 e o restante após este período. A ação conta ainda com um milhão para sinalização turística, estando ainda em fase de ação preparatória.

**Equipamentos metroviários:** Estão previstos R\$ 96,00 milhões para aquisição de trens para o metrô de João Pessoa. O projeto, sob a execução da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, está em fase de execução.

**Cidades digitais:** tem como objetivo promover a inclusão digital nos municípios com foco na melhoria da qualidade dos serviços e da gestão pública, por meio da instalação de redes, pontos públicos de acesso à internet, sistemas de gestão na área pública e capacitação. Foram aprovados, em out/2013, investimentos de R\$ 5,13 milhões para realização em nove municípios paraibanos (Algodão de

Jandaíra, Mari, Riachão do Poço, Seridó, Sobrado, Solânea, Sumé, Teixeira e Vieirópolis). Todos os projetos estão em fase de ação preparatória.

**Mobilidade urbana:** universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e das ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano, apoiando a qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana.

Na Paraíba, estão previstos R\$ 538,30 milhões para execução dos seguintes projetos na cidade de João Pessoa: Corredor Dois de Fevereiro; Corredor Cruz das Armas, Corredor Eptácio Pessoa, Corredor Pedro II e Corredor Tancredo Neves. Este sistema de corredores com vias exclusivas para ônibus é um dos principais projetos do PAC no município de João Pessoa e está em fase de ação preparatória.

**Cidades históricas:** lançado em 2009, em parceria com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem por objetivo preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional. O programa está aberto a todas as cidades que possuam patrimônio protegido e que formulem planos de ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade, de forma a fortalecer a ação integrada de planejamento com os entes governamentais em prol da preservação. Em todo o país são 424 empreendimentos. A Paraíba teve onze projetos aprovados em agosto de 2013, estando todos em fase de ação preparatória. Adiante descreveremos em maiores detalhes a ação e os empreendimentos do estado.



## 5 CONCLUSÕES:

A Paraíba é um dos estados da região Nordeste com menor volume de investimentos do PAC, em especial os eixos Energia e Transportes. Entretanto, nos eixos sociais, criados no PAC2, o estado teve maior destaque, principalmente o eixo Cidade Melhor, com 443 empreendimentos, e Comunidade Cidadã, com 991. No eixo Água e luz para todos, a Paraíba obteve o 3º maior volume de investimentos da região Nordeste, atrás apenas de Pernambuco e Ceará.

Ao lado de Energia, a área de logística de transporte é o principal foco do PAC, devido a sua grande importância para o escoamento da produção nacional e as constantes queixas de falta de infraestrutura, em especial rodoviária e ferroviária.

Com a crise fiscal na década de 1980, os investimentos públicos em transportes foram insuficientes até para a manutenção da malha rodoviária, que apresenta atualmente uma demanda de R\$ 180 bilhões, de acordo com o IPEA.

Com 21 projetos e R\$ 891,71 milhões de recursos exclusivos, o estado da Paraíba é o último da região Nordeste em quantidade e volume de investimentos no eixo transportes, representando 2,49% do total da região. Bahia (57), Pernambuco (48) e Ceará (36) são os estados com maior número de empreendimentos, representando juntos 69% dos investimentos da região.

As rodovias, com 10 empreendimentos, respondem por 47,6% dos empreendimentos no eixo, dos quais apenas quatro de duplicação e adequação de rodovias e os demais de manutenção. A ação Equipamentos para estradas vicinais (aquisição de caminhões-caçamba, motoniveladoras e retroescavadeiras) é responsável por 23,8% dos recursos do eixo no estado.

Na Paraíba, o estudo Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba identificou a necessidade de investimentos em 86 projetos, em vários modais de transportes.

Ao compararmos estes números com os do PAC no estado, constatamos que dos recursos totais de R\$ 1,1 bilhão, o PAC possui apenas um projeto exclusivo no modal porto, no valor de R\$ 140 mil. Em rodovias, são 10 projetos, com investimentos de R\$ 716,42 milhões. O programa não dispõe de nenhum projeto no modal ferroviário.

Quanto ao andamento, 22% das obras estão em ação preparatória, 39% em obras/execução e 39% concluídas, apesar de boa parte dos empreendimentos deste eixo fazerem parte do PAC1, ou seja, foram selecionados no período 2007-2010. De acordo com os dados do 9º Balanço do PAC, o eixo possui 22,4% dos empreendimentos previstos para execução pós-2014.

O eixo Energia é o que o estado encontra-se em pior situação, com apenas 15 empreendimentos (3,7% do número de empreendimentos), R\$ 201,12 milhões exclusivos e R\$ 1,8 bilhões totais, ou 0,1% dos recursos exclusivos e 0,7% dos totais direcionados ao Nordeste. Os estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco respondem por 56,6% dos investimentos da região.

Quase a totalidade dos recursos do eixo são oriundos de estatais, em especial a Petrobras, e de financiamentos do setor privado. Desta forma, a ação Petróleo e Gás Natural representa 98,7% dos investimentos em energia do estado de Sergipe; 91,1% de Pernambuco; 82,6% da Bahia e 80,5% do Maranhão. A Paraíba não recebeu nenhum empreendimento da Petrobras.

Apesar de seu grande potencial para geração de energia eólica e solar, o estado não foi contemplado com nenhum empreendimento nestas matrizes energéticas, tendo apenas dois projetos usinas termoeletricas, que vem a ser a principal forma de geração de energia para o estado, com 70% do total, enquanto a eólica corresponde a cerca de 10%.

A principal ação é de transmissão de energia, que possui sete projetos, sendo três exclusivos e quatro regionais. Quanto ao andamento, dois estão em fase de licitação, quatro em obras e apenas um concluído. Mais uma vez, evidencia-se a dificuldade de execução das obras, que também fazem parte do PAC 1. O eixo ainda possui seis projetos de levantamentos geológicos e geoquímicos, com investimentos previstos de R\$ 324,04 milhões.

A energia hidroelétrica é a principal fonte de geração de eletricidade do país, como podemos constatar na figura acima. Entretanto, na Paraíba, não chega a 1% da oferta. A energia eólica vem apresentado grande evolução, com a previsão de que responda por 7% da oferta nacional em 2020. Na Paraíba, esta energia já responde por aproximadamente 10%. Todavia, não existe nenhum projeto do PAC para este tipo de empreendimento destinado ao estado, enquanto o Rio Grande do Norte teve 58 projetos aprovados.

Dos treze projetos de transmissão definidos pelo EID-PB, sete já estão inseridos no PAC. Destes, quatro estão em obras, dois em licitação e um concluído. Os investimentos necessários, segundo o EID-PB, seriam de R\$ 574 milhões, dos quais R\$ 200 milhões já estão previstos nos investimentos exclusivos do PAC, demonstrando a grande importância do programa para o alcance das metas no setor.

Água e Luz para Todos é o eixo em que a Paraíba obteve maiores investimentos do PAC, representando 17,6% dos recursos previstos para a região Nordeste, sendo que 76,4% destes recursos são regionais, em especial obras da transposição do Rio São Francisco. Dos investimentos exclusivos a Vertente Litorânea Paraibana é o empreendimento mais importante, beneficiando nove municípios. Foram concluídos 32,1% dos e 52,6% estão em obras ou em execução, restando 15,3% nas fases iniciais.

No eixo Minha Casa Minha Vida a Paraíba alcançou os maiores recursos exclusivos (3,58 milhões). Estes recursos são inferiores apenas ao eixo Água e Luz para todos. Do total de investimentos, 90,3% correspondem a financiamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida e SBPE. O restante faz parte da ação Urbanização de assentamentos precários. Quanto ao andamento dos empreendimentos, 65,5% foram concluídos e 30,5 estão em execução ou em obras. Todas as obras tiveram início no PAC1, entre 2007 e 2010.

No eixo Comunidade Cidadã, a Paraíba apresenta investimento de R\$ 505 milhões, distribuídos em 991 empreendimentos em saúde, educação e cultura. Em termos quantitativos, é o eixo em que o estado possui maior número de empreendimentos. Apenas 10,3% do total de empreendimentos foram concluídos e 38,7% estão em obras. O restante (51%) está em fases de ação preparatória (27,9%), licitação de obras (15,7%) e contratação (7,4%). Como o eixo foi criado no PAC2, a maioria dos empreendimentos foi selecionada em 2013 e, de acordo com o 9º Balanço do PAC, 39,4% dos recursos já estavam previstos para execução pós-2014.

Estão previstos R\$ 36 milhões para a construção de 17 Unidades de Pronto Atendimento, estando sete em obras (41,2%) e o restante nas fases iniciais (58,2%). Na área de saúde ainda constam R\$ 129,5 milhões para construção e ampliação de

539 Unidades Básicas de Saúde (UBS), estando 13,7% concluídas, 47,9% em obras e 38,4% em ação preparatória ou licitação de obras.

Na construção de creches serão investidos R\$ 203,62 milhões de reais. Apenas 7,7% dos empreendimentos foram concluídos e 39,6% estão em obras. Das 244 quadras poliesportivas a serem construídas ou reformadas, apenas 3,7% foram concluídos e 17,2% em obras. Os cinco projetos de Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) estão em fase de contratação (os empreendimentos foram selecionados em dez/2013) e os três Centros de Arte e Esportes Unificados estão em obras (seleção: 2010).

O eixo Cidade Melhor possui 443 empreendimentos em saneamento (402, ou 90,7%), pavimentação(06), infraestrutura turística (02), inclusão digital (09), mobilidade urbana (11), prevenção de áreas de risco (02) e proteção e recuperação do patrimônio histórico (11). Estão previstos R\$ 1,7 bilhões em investimentos, sendo R\$ 556,95 milhões até 2014 (32%). As obras em saneamento responderão por 58% dos recursos, ou 1,01 bilhão de reais. Dos empreendimentos em saneamento, 54% estão em execução ou em obras, 27% em contratação e 17,4% concluídos (70 projetos). É um índice de execução muito baixo se levarmos em conta que apenas quatro projetos foram aprovados após 2011. O restante (398) corresponde ainda a obras do PAC1.

Das outras ações, 31 (7%) estão em ação preparatória, 06 em licitação de projetos e 02 em obras. Estes empreendimentos correspondem a R\$ 790 milhões, dos quais 70% estão previstos para execução pós-2014. Mobilidade urbana, com R\$ 538,30 milhões previstos, é a segunda em investimentos previstos no eixo.

O PAC Cidades Históricas foi lançado em 2009, com a previsão de beneficiar 173 municípios com patrimônio histórico reconhecido pelo IPHAN. Entretanto, o edital de seleção só foi lançado em janeiro de 2013, portanto quatro anos após seu lançamento, tendo sido selecionado nesta etapa 44 municípios. Os nove estados da região nordeste foram contemplados com 186 projetos, tendo a Paraíba ficado com 11 empreendimentos, num investimento previsto de R\$ 50,76 milhões. A revitalização do Porto do Capim e a criação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá são as principais obras. Quanto ao andamento, apenas quatro empreendimento da região iniciaram suas obras e 16 estão em fase de licitação. Os demais (166), a exemplo das obras paraibanas, estão em fase de ação preparatória, aguardando

liberação para realização das licitações, em regime de RDC, para posterior início dos trabalhos.

Finalizando a análise, podemos constatar que as obras do PAC no estado da Paraíba receberam baixo investimento em relação aos demais estados do Nordeste e do Brasil nos eixos Energia e Transportes. Nos demais eixos, o estado apresenta melhor desempenho, sendo o 3º em volume de recursos no eixo Água e luz para todos na região Nordeste e obtendo grande quantidade de empreendimentos nos eixos sociais (Comunidade cidadã e Cidade melhor).

Um segundo ponto é que 47% dos recursos representam investimentos regionais e 24,6% estão previstos para pós-2014. Na prática, este percentual é bem maior, uma vez que apenas 19,5% dos investimentos foram concluídos e 41,7% estão em execução/obras. Isto decorre principalmente porque os eixos em que o estado possui maior número de empreendimentos foram criados no PAC2 e tiveram suas seleções entre 2012/2013.

As principais dificuldades encontradas na implementação das obras do PAC no estado da Paraíba foram:

- Dificuldade para montar equipes qualificadas para o planejamento e monitoramento dos empreendimentos.
- Dificuldade para encontrar interessados em participar das licitações em regime de RDC, provocando atrasos nos processos licitatórios;
- Atrasos na obtenção de licenças de órgãos ambientais;
- Necessidade de reprogramações dos contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal;
- Obras dependendo de infraestruturas a serem feitas por outras secretarias de governo;
- Obras aguardando remoção de imóveis irregulares ou outras ações pelas prefeituras;
- Rescisões contratuais com empreiteiras, interrompendo execução, devido a problemas diversos;

Apesar das dificuldades, o PAC oferece algumas vantagens que merecem destaque:

- Nº de empreendimentos: São mais de 40.000 em todo o país e 1810 na Paraíba, o que o torna provavelmente o maior programa de infraestrutura já implantado no país.
- Garantia dos recursos: Os investimentos, uma vez aprovados pelo CGPAC e assinado o termo de compromisso, ficam garantidos, não sendo passíveis de exclusão dos cálculos da meta de resultado primário do governo federal e não sofrem contingenciamentos orçamentários.
- Os créditos empenhados e não liquidados em um exercício são inscritos em Restos a Pagar Não Processados para execução futura.
- Utilização do Regime Diferenciado de Contratação, agilizando o processo licitatório.
- Monitoramento através de várias instâncias (comitês gestores nos ministérios, salas de situações, GEPAG, CGPAC, TCU, mandatária), garantindo maior transparência ao processo.

## 6 REFERÊNCIA

**Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos – Curso II: Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.** [www.capacidades.gov.br](http://www.capacidades.gov.br), último acesso: 19/05/2014, às 20:48h.

Banco Mundial. **Brasil: Avaliação da eficiência da gestão do investimento público.** Outubro de 2009.

NOGUEIRA, Gustavo Maurício Filgueiras et al. **Eixos integrados de desenvolvimento da Paraíba: uma visão estratégica para o Estado.** João Pessoa; SEPLAG, 2014.

CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; SOARES, Ricardo Pereira; FERREIRA, Iansã Melo; POMPERMAYER, Fabiano Mezaadre; ROMMINGER, Alfredo Eric. **Gargalos e demandas da infraestrutura rodoviária e os investimentos do PAC: Mapeamento IPEA de obras rodoviárias.** Brasília; IPEA. Março de 2011.

FLEURY, Paulo. **Desafios para a infraestrutura logística brasileira.** Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS). Abril de 2011.

**Perfil Socioeconômico da Paraíba 2010.** Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP); Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas (SEBRAE). Campina Grande, 2010.

**PAC Cidades Históricas: Manual para Execução de Ações em Espaços Públicos Urbanos - Período 2013 a 2015 - Versão 2.0.** IPHAN, 2013.

**PAC Cidades Históricas: Uma nova perspectiva para a valorização do patrimônio cultural Brasileiro.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2013.

ARAUJO, Vera Lúcia. **As transformações na paisagem do Porto do Capim: Leituras de uma paisagem urbana.** João Pessoa, UFPB, setembro de 2006.

Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Relatório: Informações estaduais (todos os estados da Região Nordeste). 2013.

NA INTERNET

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. Disponível em [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br). Último acesso: 25 de novembro de 2014.

Programa de Aceleração do Crescimento – CAIXA. Disponível em <http://www.abde.org.br/uploads/1107201311400986CAIXA.pdf>. Último acesso: 15 de setembro de 2014.

Energia eólica sopra forte no Brasil: veja estados campeões. Disponível em <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/energia-eolica-sopra-com-impeto-no-brasil-veja-quem-lidera#11>, Acesso: 05/10/2014, às 18:13h.

Lista de municípios da Paraíba por população. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_da\\_Para%C3%ADba\\_por\\_popula%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_da_Para%C3%ADba_por_popula%C3%A7%C3%A3o). Acesso: 04/10/2014. (repetir a pesquisa para todos os estados da região Nordeste).

Revitalização do Porto do Capim, em João Pessoa, divide opiniões. Disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>. Acesso: 05/08/2014).

**Azulejos antigos na Igreja de São Francisco e no Convento de Santo Antonio (João Pessoa – Paraíba).** Disponível em <http://porcelanabrasil.blogspot.com.br/2012/06/azulejos-antigos-na-igreja-de-sao.html>. Acesso: 03/08/2014.



## **7 ANEXO I - PAC CIDADES HISTÓRICAS**

### **7.1 Histórico**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937 e possui entre suas atribuições estabelecer o tombamento de bens culturais de natureza material, que são classificados segundo sua natureza e valor, conforme determina o Decreto Lei 25/1937. A proteção dos bens imateriais está regulamentada pelo Decreto 3551/2000.

O PAC Cidades Históricas surgiu a partir da ação integrada do IPHAN com os entes federativos e a sociedade civil, que deram origem a Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural – APPC, assinados pelos governos federal, estaduais e municipais. Desta forma, o patrimônio cultural foi inserido na agenda social e de desen econômico do país.

Para a escolha das cidades a serem inseridas no PAC CH, definiu-se que os bens culturais a serem preservados estariam localizados em território urbano e que o processo de registro e tombamento dos bens poderia estar em andamento. Partindo deste critério, foram selecionadas 187 cidades históricas. As cidades foram classificadas em 18 tipos, observando características como número de habitantes, localização geográfica (região, zona rural ou urbana), nível de desigualdade social.

A elaboração do plano partiu da concepção de soluções integradas que envolvam o patrimônio histórico a estratégias de desenvolvimento econômico e social local. Esta questão tem sua importância crucial para a recuperação não apenas física mas também social dos monumentos, evitando a degradação e o abandono das áreas protegidas, que sofrem vários tipos de transtornos decorrentes do crescimento desordenado das cidades.

Segundo o IPHAN, o processo de degradação do patrimônio cultural caracteriza-se por:

- Subaproveitamento do potencial econômico e simbólico dos sítios históricos para a geração de renda e valorização social.

- Crescimento urbano desordenado favorecendo as ocupações irregulares e outras ameaças de descaracterização do patrimônio protegido.
- Infraestrutura urbana precária com carência de saneamento ambiental, transporte, mobilidade e habitação social, fatores que aceleram o processo de degradação do patrimônio cultural.
- Risco de arruinamento dos imóveis protegidos.
- Grande parte dos bens de valor cultural está subutilizada ou sem condição de uso.

O PAC CH tem como referências o Programa Cidades Históricas, que funcionou no período de 1973 a 1983, e o Programa Monumenta, que foi concebido em 1999. Estes programas tinham o objetivo de conjugar o patrimônio histórico com o desenvolvimento econômico e social. Em 2007, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura deu origem a uma série de encontros e debates entre os entes federativos, órgãos estaduais de patrimônio com o objetivo de consolidar a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, a integração da Política Nacional do Patrimônio Cultural e consolidou vários acordos interministeriais.

Neste ambiente, em outubro de 2009 surgiu o PAC Cidades Históricas. Os planos de ação estabeleceram quatro etapas: diagnóstico local, objetivos, ações e pactuação. Primeiramente, foram delimitadas as áreas prioritárias, coerentes com a construção de um Plano integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. Em seguida, cada município apontou os estudos e projetos a serem desenvolvidos. As linhas de ação consideram os programas de investimentos para o Patrimônio Cultural, e linhas de investimentos em infraestrutura urbana, turismo e desenvolvimento local.

As ações a serem implantadas nas cidades históricas visam alcançar os objetivos relacionados na figura abaixo:

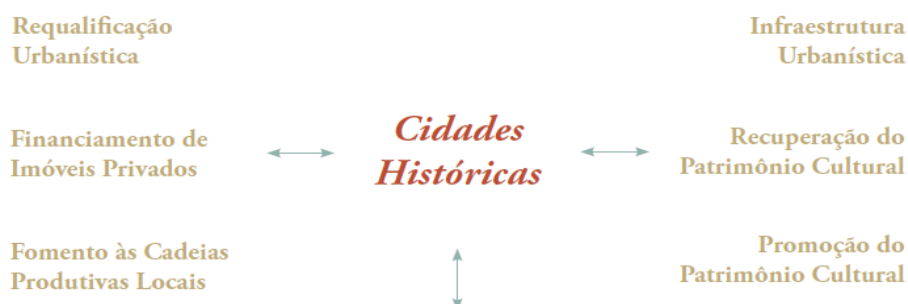


Figura 6 - Ações PAC Cidades Históricas  
Fonte: IPHAN

Na etapa de planejamento, a intersectorialidade na execução das ações e a falta de equipe técnica para elaborar os planos foram alguns dos problemas encontrados. Nestes casos, a colaboração das superintendências estaduais do IPHAN foi essencial.

As ações do PAC CH envolvem os Ministérios da Cultura, das Cidades, Educação e Turismo, além de BNDES e CAIXA. Na esfera regional, as superintendências estaduais do IPHAN coordenam os trabalhos juntamente com os municípios.

O PAC Cidades Históricas, além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabilizará ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural<sup>5</sup>.

Em princípio, o PAC Cidades Históricas atenderia 173 cidades com sítios ou conjuntos urbanos tombados em nível federal e Plano de Ação elaborado com o Iphan, em atendimento à Chamada Pública nº 12, (DOU, 25/05/09).

De acordo com o IPHAN, as cidades foram distribuídas da seguinte forma:

- Todas as capitais estaduais e Brasília/DF.
- Nove cidades Patrimônio Cultural da Humanidade.
- 30% fazem parte do Programa Territórios da Cidadania.
- 40, das 65, cidades consideradas destinos indutores do desenvolvimento turístico regional
- 18 fazem parte dos Projetos de Revitalização e de Integração da Bacia do Rio São Francisco.

De acordo com as orientações publicadas pelo Ministério da Cultura (Minc), serão atendidas:

- a) As cidades declaradas Patrimônio da Humanidade, integrantes da Lista do Patrimônio Mundial, organizada pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- b) As cidades detentoras dos maiores conjuntos urbanos em situação de risco ao patrimônio cultural edificado; e

c) As cidades detentoras de conjuntos urbanos que constituam marcos no processo de ocupação do território nacional.

Ainda segundo o MinC, poderão ser apoiados os seguintes itens:

- a) Realização de obras;
- b) Elaboração de projetos tal como definidos pela Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010; ou
- c) Elaboração de projetos conjugado à realização de obras, com aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011.

As propostas foram apresentadas em duas modalidades:

- a) Obras em Imóveis de Uso Público – obras de restauro ou reforma, na forma como define a Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010, de imóveis, monumentos, equipamentos ou outros elementos edificadas que sejam públicos, ou de uso público.
- a) Obras em Espaços Públicos – obras de implantação, restauro ou recuperação da pavimentação de logradouros públicos relacionados aos conjuntos protegidos.

É importante observar, para a compreensão da dinâmica do PAC, alguns prazos:

- O envio das propostas ocorreu no período de 30/01 a 19/02/2013;
- As propostas iniciais foram apreciadas pelo GEPAC – Grupo Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e a seleção final das propostas aprovadas foi publicada em agosto de 2013.
- A partir deste momento, os municípios tiveram até fevereiro de 2014 para encaminhar seus projetos executivos definitivos.
- Estes projetos estão em fase de análise e, até julho de 2014, apenas 20 dos 186 empreendimentos localizados na Região Nordeste receberam o parecer favorável do GEPAC, tendo sido assinados os termos de compromisso para efetivação dos contratos, estando 16 em fase de licitação de projetos e 04 em obras. Os 166 restantes (89,2%) ainda permanecem com a documentação em estudo, em fase de ação preparatória, com previsão de liberação a partir de agosto de 2014, caso não sejam encontradas pendências tais como licenciamentos

ambientais, projetos sociais, etc., segundo informações fornecidas pelo IPHAN de João Pessoa.

Tabela 30 - Distribuição dos empreendimentos do PAC Cidades Históricas – Nordeste

UF	Nº Projetos	Fase	Seleção	Valor (R\$ milhões)
AL	19	Ação Prep: 17 Lic. Projetos: 02	Ago/2013	29,85
BA	40	Ação Prep: 32 Lic. Projetos: 07 Em obras: 01	Ago/2013	202,09
CE	20	Ação Prep: 19 Lic. Projetos: 01	Ago/2013	37,44
MA	44	Ação Prep: 38 Lic. Projetos: 04 Em obras: 02	Ago/2013	133,17
PB	11	Ação Prep: 11	Ago/2013	50,76
PE	26	Ação Prep: 23 Lic. Projetos: 02 Em obras: 01	Ago/2013	170,40
PI	06	Ação Prep: 06	Ago/2013	38,94
RN	10	Ação Prep: 10	Ago/2013	43,48
SE	10	Ação Prep: 10	Ago/2013	22,57
NE	186	Ação Prep: 166 Lic. Projetos: 16 Em obras: 04		728,70

Fonte: 9º Balanço do PAC2 – 2011-2014 (adaptado)

Em pesquisa realizada no portal do PAC (<http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/pac-cidades-historicas>) em 31/07/2014, 392 empreendimentos encontravam-se em fase de ação preparatória (92,4%), 22 em licitação de projetos (5,2%) e dez estão em obras (2,4%). Os municípios que possuem obras em andamento são:

São Luiz – MA (02 projetos)

Recife – PE

Salvador – BA

Belém – PA

Goiás – GO

Iguapé – SP

Belo Horizonte – MG

Rio de Janeiro – RJ

Porto Alegre – RS

## 7.2 João Pessoa – Aspectos históricos e o PAC CH



Figura 7 - Rio Sanhauá e Cidade Antiga

Em 1534, com a instituição pela coroa portuguesa do sistema de capitanias hereditárias, a área onde hoje é o estado da Paraíba foi vinculada à Capitania de Itamaracá, que possuía como capitania principal Pernambuco. Entretanto, diante da necessidade de expandir os domínios portugueses para o norte e a fronteira do do cultivo dos engenhos de açúcar, foi criada em 1574 a Capitania da Paraíba (História da Paraíba, MELLO, José Otávio).

Sua conquista de fato só ocorreu em 1585, após várias tentativas frustradas devido à resistência dos índios potiguaras. Devido sua importância estratégica, a Paraíba foi criada como capitania real, o que propiciou o emprego de recursos oficiais no empreendimento (História da Paraíba, MELLO, José Otávio).

Segundo MELLO, a cidade foi edificada no alto da colina, a fim de assegurar a defesa, e próxima ao rio, que possibilitaria a exportação de produtos como açúcar, madeira, pele e algodão, tendo recebido o nome de Nossa Senhora das Neves e, em seguida, Felipéia de Nossa Senhora das Neves. A cidade é a terceira mais antiga do Brasil, atrás apenas de Rio de Janeiro e Salvador. Suas primeiras construções foram a capela de Nossa Senhora das Neves, a atual ladeira de São Francisco, que dava para o Porto da Casaria, às margens do Sanhauá, a rua Nova (atual General Osório), onde se instalou a Casa da Câmaa, entre outras edificações.

Estas edificações foram beneficiadas pela abundância de água, pedra e cal. Datam deste período a igreja barroca de São Francisco, anexa o convento de Santo Antonio, o mosteiro de São Bento, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, enquanto os jesuítas construíram colégio, igreja onde hoje se localiza a praça João Pessoa.

A função militar fez-se através de pontos fortificados como a Fortaleza de Matos, em Cabedelo e baterias em Cabo Branco e Camboinha, além dos fortins de Santo Antonio, no interior do rio Paraíba e o do Varadouro, na atual ladeira do São Francisco. Finalizando, a Casa da Pólvora assegurava a munição (MELLO, 2013).

O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1982, sofrendo revisão em 2004 e tendo sido homologado pelo Ministério da Cultura em 2009.

Após termos uma rápida visão do surgimento da cidade de João Pessoa, passaremos a descrever com maiores detalhes os bens (alguns já citados acima) que farão parte dos investimentos do PAC Cidades Históricas.

Os bens patrimoniais da cidade de João Pessoa que serão objeto de empreendimentos do PAC Cidades Históricas são:

Executor: IPHAN-PB

- Restauração da antiga Casa dos Contos e Residência do Capitão-Mor - Centro de Documentação e Sede do Iphan na Paraíba
- Restauração da Azulejaria do Adro do Conjunto Franciscano
- Restauração da Igreja de N. Sra. do Carmo

Executor: Prefeitura Municipal de João Pessoa

- Restauração do antigo Conventinho - Casa das Artes
- Restauração do antigo Hotel Globo - Sede da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac-JP)
- Revitalização do antigo Porto do Capim
  - Implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá –
  - Vias de acesso à Arena de Eventos e Cultura
  - Antigo Cais do Porto - Arena de Eventos e Cultura
  - Restauração da antiga Alfândega - Museu da Cidade
  - Antiga Superintendência da Alfândega - Centro de Cultura Popular
  - Restauração da antiga Fábrica de Gelo - Centro de Apoio a Eventos e Visitantes

A seguir, faremos uma breve descrição dos bens acima mencionados:

### Porto do Capim

A área em que se encontra o Porto do Capim representa a parte mais antiga da cidade de João Pessoa. Na década de 1950, essa área passou a ser ocupada por populações de baixa renda, que eram favorecidas pelas oportunidades de trabalho próximas e a infraestrutura de transporte, uma vez que se localiza em região central do município.

Com a transferência das atividades portuárias para Cabedelo, a região entrou em decadência, juntamente com o Varadouro. Há um processo constante de degradação ambiental, em que dejetos humanos e resíduos químicos provenientes da área comercial circundante. Alguns monumentos históricos resistem precariamente. Apesar destes problemas, a região desperta o interesse dos turistas que visitam a cidade e há muito se cogita uma intervenção na área com a finalidade de revitalização. O Plano de Revitalização para o Varadouro e o Antigo Porto do Capim, que data de 1997, apresentou propostas de intervenção na área. O plano buscava:

“Condições dignas de habitabilidade e de desenvolvimento econômico e social das populações existentes, que, somados ao incentivo à fixação de novas habitações, em outras áreas do Centro Histórico, promoverão a criação de um substrato de ocupação permanente desta área” (1997, p.5).

A denominação Porto do Capim deriva do transporte em canoas da grama pelos proprietários de engenhos para alimentação de animais utilizados na outra margem do rio.



Figura 8 - Mapa de 1626, mostrando as primeiras construções



A figura acima, de 1626, mostra o rio, a parte baixa com o porto e armazéns e a alta, contendo as primeiras construções, com destaque para as igrejas.



Figura 9 - Armazéns no Porto do Capim



Figura 10 - Cais do Porto

As figuras acima, de 1922, apresentam o cais do porto, onde seria construído pelo Presidente Epitácio Pessoa, o Porto da Capital.

A imagem abaixo apresenta o prédio da antiga alfândega, construído no século XIX, também objeto do PAC Cidades Históricas, em foto de 2005.



Figura 11 - Antiga alfândega, 2005

As imagens a seguir, de 2001, apresentam áreas de ocupação irregular às margens do rio denominada Comunidade Vila Nassau.



Figura 12 - Ocupação irregular



Figura 13 - Comunidade Vila Nassau

O texto acima, baseado na dissertação “As transformações na paisagem do Porto do Capim: Leituras de uma paisagem urbana, de Vera Lúcia Araújo, deixa bem clara a importância do projeto de revitalização da área, objeto de seis empreendimentos do PAC Cidades Históricas. Como podemos observar, toda a região necessita de um processo de recuperação que envolva a parte histórica e social, devolvendo ao município um de seus maiores bens patrimoniais e aos moradores a dignidade perdida.

### Conjunto Franciscano



Figura 14 - Conjunto Franciscano

O Conjunto Franciscano é formado pelo Convento de Santo Antonio e a Igreja de São Francisco. O convento foi construído inicialmente em taipa, no século XVII, tendo a obra se estendido por quase dois séculos, com a decoração da Igreja São Francisco, ornada com azulejos portugueses nas paredes e pinturas no forro da nave (OLIVEIRA, Carla Mary, 2006).



Figura 15 - Azulejaria Portuguesa na Igreja São Francisco

Segundo a autora, três conjuntos se impõem: os delicados e luxuosos azulejos portugueses contando a história de São José do Egito, a pintura trompe l'oeil, no forro da nave e, no forro do altar-mor, vinte cenas da vida de Santo Antônio de Pádua.



Figura 16 - Imagem representando São José

As imagens acima foram extraídas do link: <http://porcelanabrasil.blogspot.com.br/2012/06/azulejos-antigos-na-igreja-de-sao.html>, em 03/08/2014.

#### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO



Figura 17 - Igreja de N. S. do Carmo

O conjunto carmelita, construído entre 1605 e 1977, é composto pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira e pelo convento da ordem. A presença religiosa na capitania foi importante no processo de aldeamento e doutrinação indígena. Segundo HONOR, André Cabral (2007), o aspecto barroco original do convento foi modificado no início do século XX, quando foi transformado em sede da arquidiocese da Paraíba, sofrendo ainda modificações

internas para adequação aos novos usos. A igreja do Carmo possui uma única torre em estilo barroco romano. Sua fachada e a torre são todas em pedra, assim como as talhas e os relevos dos altares, apresentando ainda desenhos e arabescos barrocos.

## HOTEL GLOBO



Figura 18 - Hotel Globo

Construído em 1928 pelo hoteleiro Henriques Siqueira, o Hotel Globo encontra-se no largo São Pedro Gonçalves, numa colina em frente ao rio Sanhauá. Em seu auge, o hotel era o mais importante da cidade, tendo iniciado sua decadência, como todo o Varadouro, com a transferência do porto para Cabedelo e o crescimento da cidade no sentido das praias. Em 1962, o hotel fechou as portas. Em 1988 foi adquirido pelo Governo do Estado da Paraíba, que o restaurou em parceria do IPHAN com o governo espanhol. Foi tombado em 1982 e atualmente sedia a Oficina Escola de João Pessoa, a Comissão do Centro Histórico e a Subsecretaria de Cultura do Estado.

Além dos bens patrimoniais acima descritos, serão objeto de restauração através do PAC Cidades Históricas a Casa dos Contos e Residência do Capitão-Mor (atual Centro de Documentação e Sede do IPHAN na Paraíba) e o antigo Conventinho.

De acordo com matéria publicada no portal G1 Paraíba (<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>) em 05/08/2014, a população residente no Porto do Capim (aproximadamente 500 famílias vivem no local) está dividida quanto a realização dos empreendimentos. Isso se deve

principalmente pela necessidade de realocação de 250 famílias que vivem em área de risco, pois os moradores, mesmo cientes dos benefícios históricos e sociais do projeto, não têm interesse de sair de suas casas, onde vivem há décadas. Muitos moradores nasceram lá e trabalham nas proximidades,. Outra questão apontada pelos moradores é a falta de informações sobre como será executada a realocação. Segundo a mesma matéria, a realocação será para uma área a 300 metros de onde moram atualmente.

O projeto envolve ações de revitalização da área do Porto do Capim, requalificação do antigo cais, que será transformada em arena de eventos, onde serão realizadas as festividades tradicionais da cidade, restauração de vários bens patrimoniais, já citados anteriormente e a implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá.

O reerguimento do Centro Histórico e do Porto do Capim é um projeto de duas décadas de trabalho do IPHAN-PB e da Prefeitura de João Pessoa que terá benefícios sociais não só para a população da área beneficiada, mas de toda a cidade, que terá de volta seu nascedouro, abandonado desde a década de 1940. Somam-se a estes a valorização de alguns dos principais bens patrimoniais do município, o que enriquecerá não apenas o estudo da história de João Pessoa como também a economia e o turismo da cidade.